



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

KLEBIA MARIA TOMAS GOMES

**ROMPENDO ONDAS E TECENDO HORIZONTES:
REPRESENTAÇÃO FEMININA E ATUAÇÃO LEGISLATIVA DAS
MULHERES NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB**

**SUMÉ - PB
2024**

KLEBIA MARIA TOMAS GOMES

**ROMPENDO ONDAS E TECENDO HORIZONTES:
REPRESENTAÇÃO FEMININA E ATUAÇÃO LEGISLATIVA DAS
MULHERES NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Professora Dra. Sheylla de Kassia Silva Galvão.

**SUMÉ - PB
2024**



G633r Gomes, Klebia Maria Tomas.
Rompendo ondas e tecendo horizontes:
representação feminina e atuação legislativa das
mulheres no município de Patos-PB. / Klebia Maria
Tomas Gomes. - 2024.

95 f.

Orientadora: Professora Dra. Sheylla de Kassia
Silva Galvão.

Monografia - Universidade Federal de Campina
Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do
Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Mulheres na política. 2. Representação feminina
- poder legislativo. 3. Igualdade de gênero. 4.
Atuação legislativa - mulheres. 5. Patos - PB -
vereadoras. 6. Câmara municipal de Patos - PB. I.
Galvão, Sheylla de Kassia Silva. II Título.

CDU: 32(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

KLEBIA MARIA TOMAS GOMES

**ROMPENDO ONDAS E TECENDO HORIZONTES:
REPRESENTAÇÃO FEMININA E ATUAÇÃO LEGISLATIVA DAS
MULHERES NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

**Professora Dra. Sheylla de Kassia Silva Galvão.
Orientadora – UACS/CH/UFCG**

**Professora Ma. Kátia Carina Mesquita Cruz Araújo.
Examinadora Externa – UNICIR**

**Professora Dra. Júnia Marússia Trigueiro de Lima.
Examinadora Interna – UACIS/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 07 de junho de 2024.

SUMÉ - PB

A todos que acreditaram em mim, especialmente à minha família, amigos e mentores. Vocês foram as luzes que guiaram meus passos durante esta jornada.

AGRADECIMENTOS

Desde a época em que lecionava reforço escolar almejava ingressar em uma universidade. O sonho, embora clichê, sempre alimentou minha alma. Decidi me dedicar aos estudos para o ENEM, buscando alcançar a tão desejada oportunidade de deixar o ensino de reforço e me dedicar a algo que realmente me apaixonava. No entanto, não imaginava os desafios que a jornada reservava.

Morar longe de casa, enfrentar a solidão em meio a desconhecidos e a dificuldade em encontrar apoio emocional foram obstáculos que me testaram. A vida universitária, longe do aconchego familiar, exigiu resiliência e adaptabilidade.

Hoje, ao escrever este Trabalho de Conclusão de Curso, sinto-me grata por cada passo percorrido. Jamais imaginei que seria capaz de chegar até aqui. Se eu conseguir apresentar este trabalho e ler meus agradecimentos finais, será, sem dúvida, um dos dias mais felizes da minha vida. Ajoelharei-me e agradecerei a Deus por ter me dado força para superar as dificuldades e concluir esta fase tão desafiadora.

E, por falar em Deus, meu primeiro e mais profundo agradecimento é a Ele, por me conceder saúde, força e a vontade de continuar. "Quem como Deus? Ninguém como Deus!"

Agradeço também aos meus colegas de graduação, que, ao longo do curso, tornaram a jornada mais leve e prazerosa. Sua amizade e apoio foram essenciais para superar os momentos difíceis.

Um agradecimento especial à minha mãe, que, com seu amor e sacrifícios, sempre me amparou, tanto financeira quanto sentimentalmente. Sua presença constante foi fundamental para minha perseverança.

À minha irmã Kleviane, dedico um agradecimento emocionado. Mais que irmã, você foi base, alicerce, amiga e confidente. Sua presença constante, seus puxões de orelha e sua alegria me motivaram a seguir em frente. Se eu conseguir alcançar um terço do seu profissionalismo, sentirei que alcancei meu objetivo. Agradeço também à minha outra irmã, Klevinha, por seu apoio e carinho incondicional.

À minha avó, que por tanto tempo me acolheu como filha, me proporcionando amor e amparo. Agradeço a ela e a todos os meus familiares pelo apoio constante.

Aos mestres que, ao longo do curso, compartilharam seus conhecimentos e me despertaram a paixão pela Ciência Política, meu mais sincero agradecimento. Em especial, a minha orientadora Sheylla de Kassia Silva Galvão, por sua valiosa orientação e apoio neste projeto.

Por fim, agradeço ao meu namorado, que sempre acreditou em mim e me incentivou a seguir em frente, mesmo nos momentos de desânimo. Sua presença e palavras de incentivo foram essenciais para minha perseverança.

Agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que eu chegasse até aqui. Sem o apoio e a colaboração de cada um, este sonho não teria se tornado realidade.

“A cultura machista sobre a mulher é percebida a milhares de anos nos processos políticos e religiosos. Sendo a mulher um produto do homem, submissa pelos modelos de comportamentos étnicos em uma sociedade para dar causas e efeitos da moralidade.

“Acorda Amor” como canta Chico Buarque. Acordar para o que está acontecendo, parar de apanhar para depois responder, sair da perspectiva do aplauso em frente à TV.

Diante da situação em que vivemos o que é mais seguro: Chamar a segurança ou tê-lo o ladrão dentro de casa?

O que é mais conveniente: Ser protegido ou temer a proteção?

Emburreceu-se quando se emudece, quando uma resposta for o silêncio.”

Amauri Valim

RESUMO

O presente trabalho analisou a representação e atuação das mulheres no município de Patos-PB, desde os direitos das mulheres, os desafios por elas enfrentados na busca pela igualdade de gênero e pela efetividade desses direitos adquiridos perante a sociedade contemporânea, no âmbito legislativo, bem como as políticas públicas em prol das mulheres, voltadas para efetivação da equidade entre os sexos. Para tanto, foi utilizada uma abordagem metodológica mista, combinando os rigores da pesquisa qualitativa com a precisão da pesquisa quantitativa. A pesquisa qualitativa permitiu o aprofundamento nas vivências e experiências das mulheres que atuam ou já atuaram como vereadoras em Patos-PB, por meio de entrevistas em profundidade com essas mulheres foi possível captar suas percepções, sentimentos e desafios relacionados à participação feminina na política local. A pesquisa quantitativa, por sua vez, forneceu dados estatísticos discretos sobre a representatividade feminina no legislativo de Patos-PB. Através da análise de dados foi possível traçar um retrato fiel da evolução da participação das mulheres na política local ao longo do tempo. Verificou-se que, apesar de ter havido muitos avanços nos séculos XX e XXI, principalmente na legislação, a igualdade de gênero ainda não foi alcançada de forma plena, tendo em vista a situação de vulnerabilidade que as mulheres ainda se encontram e o tratamento não isonômico entre homens e mulheres em diversos aspectos, especialmente no âmbito político.

Palavras-chaves: representação feminina; atuação legislativa; mulheres na política; igualdade de gênero.

**BREAKING WAVES AND WEAVING HORIZONS:
FEMALE REPRESENTATION AND LEGISLATIVE ACTION BY WOMEN IN THE
MUNICIPALITY OF PATOS –PB**

ABSTRACT

This work analyzed the representation and performance of women in the municipality of Patos-PB, from women's rights, the challenges they face in the search for gender equality and the effectiveness of these acquired rights in contemporary society, in the legislative scope, as well as such as public policies in favor of women, aimed at achieving equality between the sexes. To this end, a mixed methodological approach was used, combining the rigors of qualitative research with the precision of quantitative research. Qualitative research allowed us to delve deeper into the experiences of women who work or have worked as councilors in Patos-PB. Through in-depth interviews with these women, it was possible to capture their perceptions, feelings and challenges related to female participation in local politics. The quantitative research, in turn, provided discrete statistical data on female representation in the legislature of Patos-PB. Through data analysis, it was possible to draw a faithful portrait of the evolution of women's participation in local politics over time. It was found that, despite there having been many advances in the 20th and 21st centuries, mainly in legislation, gender equality has not yet been fully achieved, given the vulnerable situation that women still find themselves in and treatment is not isonomic between men and women in various aspects, especially in the political sphere.

Keywords: female representation; legislative action; women in politics; gender equality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto de umas das principais praças da cidade, quando antes era vila e ainda não tinha subido a categoria de cidade.....	53
Figura 2 - Localização Geográfica de Patos-PB.....	54
Figura 3 - Fotografia de Maria Esther Sátyro Fernandes. Primeira vereadora de Patos.....	59
Figura 4 - Foto da câmara municipal de Patos-PB.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - A Jornada Histórica das Vereadoras de Patos.....	64
Quadro 2 - Perfil Socioeconômico das vereadoras de Patos-PB.....	68
Quadro 3 - Trajetória política.....	71
Quadro 4 - Desafios enfrentados.....	72
Quadro 5 - Percepção sobre o ambiente político.....	73
Quadro 6 - Desafios para atuação feminina na política.....	73
Quadro 7 - Medidas para aumentar o número de mulheres na política.....	74
Quadro 8 - Políticas públicas para promover a igualdade de gênero.....	74

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALPB – Assembleia Legislativa da Paraíba
ANC – Assembleia Nacional Constituinte
BID – Banco interamericano de desenvolvimento
CEDM- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
CF – Constituição Federal
CMN – Conselho Nacional da Mulher
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FEM – Fundo Especial para Mulheres
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPU – Interparliamentary Union
IPBES – Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e serviços ecossistêmicos
ONU MULHERES – Entidade das Nações Unidas para Igualdade de gênero
MFBRA – Movimento Feminista Brasileiro
NWM- Rede Nacional de Mulheres na política
PB – Paraíba
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD – Pesquisa nacional por amostra de domicílio
PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento
PNPM – Plano Nacional de Políticas para Mulheres
PSB – Partido Socialista brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PV – Partido Verde
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
TER – Tribunal Regional Eleitoral
UBM – União Brasileira de Mulheres
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	22
2.1	DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE: A JORNADA DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA.....	23
2.2	DA BOCA À URNA E DA MARGINALIZAÇÃO À REPRESENTATIVIDADE: O PODER TRANSFORMADOR DO LOBBY DO BATOM.....	30
2.3	DESVENDANDO CAMINHOS: A CRESCENTE REPRESENTATIVIDADE NA PARAÍBA (1987-2023).....	33
2.4	QUEBRANDO BARREIRAS: PIONEIRISMO E ABERTURA POLÍTICA NA PARAÍBA (1987-2023).....	36
2.5	DESVENDANDO OS LABIRINTOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS: ESPAÇOS DE PODER E TRANSFORMAÇÃO.....	39
2.6	MECANISMOS E ATRIBUIÇÕES: A ENGENHARIA LEGISLATIVA EM AÇÃO.....	42
3	DESVENDANDO OS CAMINHOS DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA EM PATOS-PB: UMA JORNADA METODOLÓGICA.....	46
4	ENTRELAÇANDO FUNCIONALIDADES, DINÂMICAS E TRAJETÓRIAS: O PODER LEGISLATIVO E A LUTA FEMININA EM PATOS-PB (1987-2023).....	51
4.1	ENTRELAÇANDO HISTÓRIA E PODER: O MUNICÍPIO DE PATOS-PB E SUA TRAJETÓRIA (1987-2023).....	51
4.2	OLIGARQUIAS E INFLUÊNCIAS: APONTANDO AS DINÂMICAS POLÍTICAS DE PATOS-PB.....	55
4.3	VOZES QUE ECOAM: A LUTA PERSISTENTE PELA REPRESENTATIVIDADE E ATUAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO DE PATOS-PB (1987-2023).....	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
	REFERÊNCIAS.....	85
	APÊNDICES.....	91

1 INTRODUÇÃO

No cenário político brasileiro, a luta por igualdade de gênero se intensifica, ecoando questionamentos sobre a sub-representação feminina nos espaços de poder (Alvarez, 2014). Em Patos, município paraibano com mais de 100 mil habitantes (IBGE, 2020), essa realidade se torna ainda mais gritante, haja vista que apenas 4 dos 17 assentos na Câmara Municipal são ocupadas por mulheres (TSE, 2020).

Diante dessa disparidade, este estudo tem como problema de pesquisa, desvendar as raízes da sub-representação feminina na política local de Patos-PB. Através de uma análise crítica da atuação das vereadoras, buscando compreender os desafios que impedem a plena participação feminina na vida pública do município.

Nossa jornada se iniciou com um mergulho profundo na trajetória histórica das mulheres na política de Patos-PB. Pesquisamos como a cultura patriarcal, presente em nossa sociedade, moldou a participação das mulheres nos espaços de poder, revelando as barreiras que ainda hoje as impedem de ocupar cargos de destaque.

Ao longo deste estudo, lançaremos luz sobre as experiências das vereadoras de Patos-PB, através de entrevistas e análise documental, buscando compreender suas motivações para ingressar na política, seus principais desafios e suas perspectivas para o futuro da representatividade feminina no município.

A relevância deste estudo reside na importância de se compreender as dinâmicas da representatividade e atuação feminina. O trabalho se configura como um passo importante na luta por uma sociedade mais justa e democrática, onde as mulheres possam ter voz e poder de decisão. Acreditamos que, ao desvendarmos os desafios e caminhos para a igualdade de gênero na política de Patos-PB, estaremos contribuindo para a construção de um futuro mais promissor para todas as mulheres.

A democracia brasileira, pilar fundamental da sociedade, se manifesta em suas formas direta e representativa, tecendo a complexa tapeçaria da participação popular na construção do país (Brollo, 2016). Na democracia direta, o povo exerce o poder diretamente, participando de assembleias, plebiscitos e referendos para tomar decisões sobre leis, políticas públicas e outros assuntos relevantes (Bobbio, 1984). Já na democracia representativa, o povo elege representantes para tomar decisões em seu nome. No Brasil, embora vigore a Democracia Representativa, também existem mecanismos democráticos diretos como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

Ambas as formas de democracia visam garantir a participação popular e a representatividade dos cidadãos, mas diferem na forma como o poder é exercido (Bobbio, 1984). A democracia direta proporciona maior participação individual, enquanto a representativa permite decisões mais complexas e especializadas (Bobbio, 1984).

No entanto, nesse panorama vibrante, uma voz ainda ecoa com menos força: a das mulheres (Souza, 2018). Em um Estado Democrático de Direito, a participação de todos é fundamental para o bom funcionamento da sociedade (Souza, 2018). Cidadãos, sem distinção de sexo, raça ou religião, devem ter a oportunidade de contribuir para as decisões políticas (Souza, 2018). No entanto, historicamente, as mulheres enfrentam diversos obstáculos em sua participação na vida pública, principalmente no Brasil, desde a colonização, onde a discriminação de gênero ainda permeia as relações sociais, econômicas e morais (Brito, 2019).

E gênero, mais do que sexo biológico, é uma construção social complexa e dinâmica, moldada por relações de poder, normas sociais e expectativas culturais (Scott, 1995; Bourdieu, 1990). Essa construção se manifesta em diversos aspectos da vida, desde os papéis sociais até as identidades individuais (Butler, 1990). Compreender o gênero é crucial para desnaturalizar as desigualdades e construir uma sociedade mais justa e igualitária (Lorde, 1984; Hooks, 1987).

O fato que chama atenção ao ser investigado, é que a inserção da mulher na política se encontra extremamente baixa, comparada à participação dos homens. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2020, apenas 17,9% dos cargos eletivos no Brasil eram ocupados por mulheres, um número extremamente inferior aos 82,1% ocupados por homens. Essa disparidade se repete em outros países do mundo, como demonstra um estudo da ONU Mulheres (2022), que aponta que apenas 26,1% dos parlamentares do mundo são mulheres.

A análise dos dados estatísticos revela uma realidade preocupante: o percentual mínimo de cotas para participação feminina na política não vem sendo cumprido, conforme aponta Dinarte (2019). Biroli (2018) destaca que, embora a lei seja crucial para garantir a participação feminina no processo eleitoral, ela não é suficiente para assegurar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na política.

A conquista de cargos eleitorais por mulheres, ainda hoje, enfrenta diversas barreiras, mesmo após a implementação de cotas de gênero. A Lei de Cotas para Mulheres na Política, mais conhecida como Lei nº 9.504/1997, marca um passo crucial na árdua jornada pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nesse âmbito. Essa lei pioneira, apesar de representar um avanço significativo, como destaca Segato (2014), ainda não é suficiente para garantir a representatividade feminina almejada.

Nesta perspectiva, em 2009, buscando fortalecer a efetividade das cotas, a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97) foi modificada, substituindo o termo "reserva de vagas" por "preenchimento obrigatório de vagas". Essa mudança exigiu que os partidos não apenas reservassem vagas para candidaturas femininas, mas que as preenchessem de fato e as apresentassem ao eleitorado.

A referida lei, popularmente conhecida como Lei da Cotas de Gênero, estabelece que cada partido ou coligação deve preencher entre 30% e 70% de suas vagas com candidaturas de cada sexo. Essa medida visa garantir que homens e mulheres tenham oportunidades iguais de participar do processo eleitoral e ocupar cargos políticos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A Lei de Cotas de Gênero representa um marco importante na luta pela representatividade feminina na política brasileira. No entanto, como aponta Souza (2017), a conquista de cargos eleitorais por mulheres ainda enfrenta diversas barreiras, exigindo esforços contínuos para garantir a plena participação feminina na vida pública.

A luta por igualdade de oportunidades e representatividade feminina se configura como uma necessidade fundamental na construção de uma sociedade mais justa e democrática (Silva, 2014). Segundo Alves (2014) e Silva (2017), essa luta é crucial para o desenvolvimento social e político do país.

Embora as mulheres representem mais da metade da população brasileira (51,13%) e do eleitorado (53%), segundo o Censo de 2022 do IBGE (IBGE, 2022), sua participação no Congresso Nacional ainda é ínfima, ocupando apenas 16% das cadeiras parlamentares em 2022 (IBGE, 2023).

A análise da Tabela 1 revela um tímido crescimento na representatividade feminina nas últimas décadas, passando de 3,8% em 1990 para 17% em 2022 (TSE, 2022). Apesar dessa evolução, o ritmo de crescimento é lento.

Tabela 1 - Distribuição da Representação Feminina no Congresso Nacional (1990-2022)

Eleições	Porcentagem de Mulheres
1990	3,8%
1994	5,1%
2002	7,2%
2006	9,1%
2010	10,5%
2014	12,5%
2018	15,0%
2022	16,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados eleitorais disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE,2023), 2024.

No cenário paraibano, segundo dados do IBGE (2023), o número do eleitorado total da Paraíba chega a 3.225.870, sendo 1.697.137 do sexo feminino representando 53% eleitorado paraibano. E 1.528.733 do eleitorado masculino atingindo o percentual de 47%. Assim, constatamos que a maioria do eleitorado é feminino, porém, a liderança que prevalece é a masculina (TRE-PB, 2023).

No cenário paraibano observa-se um paradoxo, as mulheres que compõem maioria do eleitorado ocupam apenas 17% das cadeiras na Assembleia Legislativa Estadual (ALPB, 2023) e 14,29% das prefeituras (TSE, 2023). Essa disparidade demonstra a sub-representação das mulheres na política paraibana (Brito, 2019).

A escolha de Patos como estudo de caso se justifica por diversos fatores dentre eles, a Representatividade da População Brasileira, o município com sua população majoritariamente feminina reflete a realidade nacional, onde as mulheres representam 51,8% da população, segundo o IBGE (2020). Patos ainda apresenta um cenário político desigual, apesar da maioria populacional feminina, com apenas 20% das cadeiras na Câmara Municipal ocupadas por mulheres, conforme dados da Câmara Municipal de Patos (2023). Os números comprovam a urgência da mudança em um eleitorado formado por 56.019 mulheres e 52.282 homens (TSE,2023).

A escolha de Patos também se justifica por motivos pessoais. Como natural do município, possuo um conhecimento profundo da realidade local, o que me permite realizar uma pesquisa mais contextualizada e sensível às nuances da comunidade.

Localizado no sertão paraibano, Patos se destaca como o segundo município mais populoso do estado, com cerca de 108 mil habitantes (IBGE, 2020). Sua história remonta ao século XVII, marcada pela pecuária e pelo comércio, o que impulsionou seu desenvolvimento socioeconômico (Lucena, 2017).

Patos ostenta uma população majoritariamente jovem, com 54% dos habitantes com menos de 25 anos (IBGE, 2020). Essa realidade impulsiona a demanda por serviços públicos, como educação e saúde, exigindo políticas públicas direcionadas a esse público (Lucena, 2017).

A cidade enfrenta desafios como a desigualdade social, com índices de pobreza e extrema pobreza acima da média nacional (IPM, 2020). No entanto, o município também apresenta um grande potencial de crescimento, impulsionado pela agroindústria, pela prestação de serviços e pelo turismo (Lucena, 2017). Patos é um município com tradição política, tendo sido berço de diversos líderes políticos que marcaram a história da Paraíba e do Brasil, tais como José Peregrino de Carvalho, João Fernandes de Oliveira e Manuel de Freitas que lideraram o movimento, na Paraíba, que visava derrubar o regime monárquico e instituiu a República.

Atualmente, a cidade possui um cenário político plural, com a presença de diversos partidos e movimentos sociais (Lucena, 2017). Apesar da rica tradição política, a participação social no município ainda é um desafio. No entanto, como aponta Lucena (2017) a baixa representatividade de minorias e a apatia política são alguns dos obstáculos que precisam ser superados. Patos se encontra em um momento de grandes transformações como o crescimento do agronegócio, turismo, energias renováveis, com o potencial de se consolidar como um polo regional de desenvolvimento. Para isso, é necessário investir em políticas públicas que promovam a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a participação popular (Lucena, 2017).

Em Patos-PB, um paradoxo gritante implora por resolução: a maioria das mulheres no eleitorado contrasta com a minoria de mulheres na Câmara Municipal. Essa disparidade, apontada por Silva e Santos (2019), exige medidas urgentes para promover a igualdade de gênero na política local.

A luta das mulheres patoenses por ampliar sua representatividade nos espaços de poder se intensifica desde a redemocratização do país, com a promulgação da Constituição Federal que instituiu o princípio da igualdade de gênero (Brito, 2019).

Estudos como os de Silva (2017) e de Matias e Pergentino (2021) evidenciam a relevância de pesquisas que mapeiam a participação das mulheres na esfera pública,

reconhecendo-a como um indicador fundamental do desenvolvimento social e da efetividade da democracia.

No âmbito da representação e atuação, investigaremos como as mulheres que ocupam cargos eletivos se identificam com as demandas e necessidades das mulheres em Patos-PB.

Através da pesquisa bibliográfica e documental, buscaremos embasamento teórico em autores renomados como Araújo (2001) e Miguel (2013).

No palco da história brasileira e paraibana, as últimas décadas foram marcadas por transformações profundas na luta pela representatividade feminina (Silva, 2018). A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, um marco fundamental, as mulheres conquistaram importantes direitos, como a igualdade de oportunidades no trabalho e na vida pública (Brasil, 1988). Assim, a escolha do período de 1987 a 2023 se justifica por ser um recorte temporal marcado por marcos importantes na luta pela igualdade de gênero na política (Alves, 2014). Como por exemplo, em nível nacional em 1988 acontece a Promulgação da Constituição Federal, consagrando o princípio da igualdade de gênero (Brasil, 1988). Em 1990 Criação do Conselho Nacional da Mulher (CNM), órgão consultivo do governo federal sobre políticas públicas para mulheres (Brasil, 1990). Em 1997 acontece a reformulação da Lei das Eleições com sua substituição pela Lei de Cotas de Gênero (Lei nº 9.504/1997), um avanço crucial para a participação feminina na política (Brasil, 1997). 2003: Criação da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (Brasil, 2003). 2010: Aprovação da Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2010), que facilita o acesso a dados sobre a participação feminina na política. 2018: Aumento da representatividade feminina nas eleições gerais, com destaque para a eleição de diversas mulheres para cargos de destaque (Tribunal Superior Eleitoral, 2018)¹.

No cenário estadual, a criação da Comissão Estadual de Direitos da Mulher em 1987 (Paraíba, 1987) se tornou um farol para a defesa dos direitos das mulheres na Paraíba. A Lei de Cotas para Mulheres de 1997 (Brasil, 1997) e a criação do Conselho Estadual da Mulher em 2003 (Paraíba, 2003) fortaleceram ainda mais a participação feminina nas políticas públicas. Em 2006, a Lei de Combate à Violência Contra a Mulher (Brasil, 2006) representou um passo crucial para o enfrentamento da violência contra as mulheres. E em 2010, o Plano Estadual de

¹ Embora as eleições proporcionais de 2018 tenham demonstrado o aumento na representação feminina, o tocante da representatividade deixou a desejar, já que a maioria dessas mulheres são filiadas a partidos conservadores que não defendem a pauta pró-mulher, configurando, assim, um entrave para a igualdade de gênero, ao passo que muitas compõem a chamada Bancada Evangélica e, portanto, defendem a submissão da mulher ao homem

Políticas Públicas para Mulheres (Paraíba, 2010) consolidou a busca pela igualdade de gênero e pelo empoderamento das mulheres.

Em Patos-PB, a história da representatividade feminina também ecoou em mudanças significativas. A implementação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em 1987 (Lucena, 2017) abriu espaço para o debate e a formulação de políticas públicas voltadas para as mulheres. A eleição de Francisca Motta como a primeira mulher vice-prefeita de Patos-PB em 2004 simbolizou a crescente participação das mulheres em cargos de poder no município (Lucena, 2017). Francisca Mota não se contentou em ser vice-prefeita. Logo após sua eleição, assumiu a prefeitura interinamente, demonstrando sua capacidade de liderança e gestão (Lucena, 2017). Essa experiência a impulsionou para novas conquistas, e em 2012, ela se candidatou a prefeita, sendo eleita com expressiva votação (Lucena, 2017). Nascida em berço político tradicional, Francisca Mota trilha um caminho similar a outras mulheres oriundas dos chamados Grupos Políticos Tradicionais.

As conquistas femininas, fruto de lutas e resistências, servem como base para a discussão da representatividade feminina neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao analisarmos as mudanças ocorridas em âmbito nacional, estadual e local podemos compreender as trajetórias que moldaram a realidade atual e identificar os desafios que ainda persistem na busca por uma representatividade plena das mulheres na esfera pública.

Este estudo se propõe a mergulhar na complexa realidade da representatividade feminina na Câmara Municipal de Patos-PB, traçando um panorama abrangente de 1987 até 2023, por meio da mensuração da presença das mulheres no legislativo municipal ao longo dos anos. Desta forma, este estudo tem como Objetivo Geral: Analisar a representação feminina na Câmara Municipal de Patos-PB. Para tal, estabelecemos os seguintes Objetivos Específicos: Quantificar a representatividade feminina na Câmara Municipal de Patos-PB no período de 1987 a 2023; Identificar os fatores que influenciam a participação das mulheres na política local, considerando aspectos socioculturais, políticos, econômicos e institucionais. Apontar a evolução da legislação sobre a participação feminina na política na Paraíba e em Patos-PB, de 1987 até 2023, mapeando marcos históricos e mudanças significativas; e por fim, Compreender os fatores que levaram essas mulheres a se candidatar.

Assim, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos, esta pesquisa partiu da seguinte Questão de Pesquisa: Quais os mecanismos sociais e institucionais que impedem ou facilitam a participação plena das mulheres na política local?

De forma a apresentar a pesquisa desenvolvida, a presente monografia estrutura-se em cinco seções cuidadosamente delineadas para desvendar as nuances e os desafios da

participação das mulheres na esfera política local. Na primeira sessão mergulhamos numa discussão teórica a partir dos fundamentos da Democracia e na importância da participação feminina no processo político. Traçamos um panorama histórico dos movimentos feministas no Brasil, destacando marcos legais e figuras relevantes na luta pela igualdade de gênero. Analisaremos o papel dos partidos políticos na promoção da representatividade feminina, mapeando obstáculos e avanços nesse âmbito.

Na segunda sessão, nos debruçamos sobre o fenômeno do "Lobby do Batom", examinando seu impacto na crescente representatividade feminina no estado. Realizamos um estudo aprofundado da abertura política para as mulheres na Paraíba entre 1987 e 2023, destacando pioneirismos e conquistas. Analisamos as estratégias e os desafios enfrentados pelas mulheres paraibanas em sua trajetória na política.

Na terceira sessão embarcamos em uma expedição metodológica para desvendar os caminhos que nortearam nossa pesquisa. A metodologia descritiva qualitativa, como farol a guiar nossa jornada, nos brindou com ferramentas valiosas para explorar a complexa realidade da representatividade feminina na Câmara Municipal de Patos-PB.

Por meio de entrevistas em profundidade, mergulhamos nas histórias de vida e nas trajetórias das mulheres vereadoras, desvendando suas motivações, desafios e percepções sobre o cenário político local. A análise de conteúdo, como um bisturi afiado, nos permitiu dissecar documentos e discursos, revelando as nuances da legislação e das práticas políticas que moldam a participação feminina.

Na quarta sessão desvendamos a funcionalidade do poder legislativo no município Patos-PB, explorando suas atribuições e responsabilidades. Analisaremos a atuação política das vereadoras de Patos-PB, mapeando suas principais iniciativas e projetos.

Nas Considerações Finais, sintetizamos as principais descobertas do estudo, destacando sua contribuição para o debate sobre a representatividade feminina na política local e para a compreensão da atuação das mulheres na Câmara Municipal de Patos-PB

2 REVISÃO DE LITERATURA

"A mulher não é inferior ao homem. É diferente".

Nísia Floresta (1859, p. 32)

Esta sessão do trabalho se propõe a desvendar os meandros da representação e atuação feminina na política, traçando uma jornada histórica pelas principais conquistas das mulheres. Analisamos o papel da democracia, dos partidos políticos e das lutas sociais na construção de um cenário político mais justo e plural. Assim, como pretendeu caracterizar alguns dos elementos essenciais para a compreensão deste trabalho. Dessa forma, coube a apresentação, mesmo que sucinta, destes elementos, como a Vereança.

Iniciaremos nossa jornada explorando o cenário nacional. Em seguida, expandiremos nossa análise da luta das mulheres paraibanas por seus direitos políticos. Mergulharemos na superação de barreiras e na conquista de espaços de poder, contextualizando essa trajetória dentro do panorama sociopolítico e cultural da época. Daremos especial atenção às leis e políticas públicas que visam promover a igualdade de gênero na política, reconhecendo, ao mesmo tempo, os desafios que ainda persistem como elementos fundamentais para o aprofundando da análise dos dados a respeito da representatividade e atuação feminina no legislativo de Patos-PB.

Nesta sessão embarcaremos na reconstituição da participação das mulheres na Câmara Municipal de Patos, examinando dados sobre o número de mulheres eleitas, cargos ocupados e temas de atuação. Ao longo dessa jornada teceremos reflexões críticas sobre os avanços e desafios que marcam a representatividade feminina na política local.

Abordaremos as desigualdades de gênero que ainda persistem, lançando luz sobre as barreiras que dificultam o acesso das mulheres ao poder político. Analisaremos as estratégias que visam aumentar a participação feminina na política, debatendo o papel fundamental da sociedade civil nesse processo de transformação.

2.1 DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE: A JORNADA DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA

As mulheres, tradicionalmente relegadas ao espaço privado, viam suas oportunidades de educação e participação na vida pública severamente limitadas, desde a antiguidade até os primeiros anos de século XX (Müller, 2010). Majoritariamente, seu papel social era restrito ao cuidado do lar, da família e do marido, reforçando a submissão à figura masculina (Beauvoir, 2016). As mulheres das classes populares, que precisavam trabalhar fora de casa para prover ou auxiliar o provimento de sua sobrevivência e de sua família, o faziam em atividades consideradas tipicamente femininas, com prevalência de atividades manuais ou braçais, trabalhos pouco valorizados na perspectiva do mundo do trabalho.

Podemos apontar que os marcos históricos da luta feminina no Brasil começam com a Lei das Sesmarias (1824), que concedeu às mulheres solteiras e viúvas o direito de administrar seus próprios bens, desafiando a tradição patriarcal da época do século XVII (Teixeira, 2003). Essa conquista representou um reconhecimento da capacidade das mulheres de gerirem seus próprios recursos e participarem da vida econômica da sociedade (Souza, 2018). Mas, cabe salientar, que esta condição era relegada a pouquíssimas mulheres e mulheres com posses, ou seja, mulheres oriundas das classes altas.

O patriarcado, caracterizado pela dominação masculina e pela subordinação das mulheres, remonta a milhares de anos (Friedrich 1884). Essa estrutura de poder, enraizada na sociedade, permeia diversos aspectos da vida social, desde a divisão de tarefas até a participação política brasileira (Gil, 2010). No século XIX, as primeiras manifestações feministas desafiaram o *status quo* e reivindicaram o direito ao voto e à igualdade de direitos (Stone, 1893).

Outro marco fundamental foi o Decreto Imperial, Lei 7.247 de 1879, que permitiu o acesso de mulheres ao ensino superior, abrindo portas para a educação formal e desafiando a crença de que o ensino superior era exclusivo aos homens (Melo, 2017). Essa conquista foi fundamental para a emancipação feminina, pois possibilitou o ingresso das mulheres em diversas áreas profissionais e o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais (Alves & Costa 2014).

Neste contexto, como afirma Pedro (2005), um exemplo de resistência feminina e de busca por sua emancipação, em um contexto adverso em que o acesso à educação era restrito aos homens, foi o das freiras, que buscaram o conhecimento e o utilizaram para transgredir os limites impostos à sua condição feminina. Através da educação, elas não apenas se

emanciparam intelectualmente, mas também abriram caminho para outras mulheres (Cardoso, 2001). Isso num mesmo ambiente em que as mulheres eram relegadas a exclusão e a clausura.

Mary Wollstonecraft (1792) afirma que: “A reivindicação que as mulheres fazem de direitos iguais aos dos homens é fundada na razão e na justiça”. Assim, as sufragistas, como ficaram conhecidas essas mulheres que lutaram pelo direito ao voto feminino, enfrentaram forte resistência por parte da sociedade patriarcal, que se recusava a reconhecer suas capacidades e direitos (Scott, 1990).

O movimento feminista brasileiro teve suas raízes no século XIX, durante o período imperial, com Nísia Floresta (1810-1885) se destacando como a primeira mulher a defender abertamente a causa feminista no país (Müller, 2010).

Embora a Constituição de 1889 inicialmente concedesse às mulheres o direito de voto, este foi posteriormente retirado na versão final, perpetuando a exclusão feminina da esfera política (Müller, 2010). A frase "Para as mulheres, a política é um trabalho desonroso" (Scott, 1988), sintetizava a mentalidade dominante da época, que relegava as mulheres ao âmbito privado e as excluía do processo decisório (Alves, 2014).

A Proclamação da República em 1889 marcou o início de uma nova era no Brasil (Fausto, 2012). No entanto, a promessa de mudanças e avanços não se aplicava a todas as esferas da sociedade (Alves, 2019). As mulheres, que representavam cerca de metade da população brasileira, ainda estavam excluídas da vida política e social do país (Alves-Bezerra, 2014).

As mulheres que ousavam desafiar a ordem patriarcal e reivindicar seus direitos políticos eram vistas como aberrações e enfrentavam forte oposição por parte dos homens, que detinham o poder e resistiam à perda de seus privilégios (Alves, 2017).

A década de 1930 marcou o início de uma intensa mobilização pela conquista do voto feminino no Brasil (Melo, 2018). A Revolução de 1930 abriu brechas para a participação das mulheres nas eleições municipais em alguns estados, como São Paulo e Rio de Janeiro (Melo, 2018). Isso porque diversos fatores convergiram para impulsionar essa conquista histórica, abrindo caminho para o que viria a ser um longo e árduo processo de luta por igualdade de direitos, como por exemplo, a consolidação do Estado Novo, onde o regime autoritário instaurado por Vargas, apesar de suas contradições, concedeu às mulheres alguns direitos inéditos, como o direito ao voto em eleições municipais (1932) e o direito de ingressar na carreira pública (1936).

Em 1931, a "Campanha pelo Voto Feminino" ganhou força nacional, impulsionada por diversas manifestações e protestos em diferentes cidades brasileiras (Alves, 2014). Em 1932,

um marco histórico foi alcançado: o Código Eleitoral Brasileiro concedeu o direito ao voto às mulheres com mais de 21 anos que soubessem ler e escrever² (Britto, 2019). Por meio do Decreto nº 21.076, sancionado pelo então presidente Getúlio Vargas (Alves, 2014), um momento histórico que simbolizou a luta das mulheres por participação política e reconhecimento social (Alves, 2014).

A conquista do voto feminino no Brasil foi um processo longo e complexo, marcado por lutas e resistências. Apesar da aprovação do Código Eleitoral em 1932, que concedeu o direito de voto às mulheres, a efetiva participação feminina na política ainda era extremamente baixa. A falta de diferenciação entre homens e mulheres na frase 'maiores de 21 anos' no Código Eleitoral mascarava a luta das mulheres por maior representatividade política e participação efetiva na vida pública (SILVA, 2008, p. 152).

Através da conquista do direito de votar e ser votada, as mulheres abriram caminho para uma maior participação na vida política e social, desafiando a dominação masculina (Beauvoir, 2016). Essa estrutura, historicamente construída e consolidada, beneficia homens brancos, de classe alta e proprietários de terras, que detêm o controle sobre os corpos, as decisões e os recursos da sociedade (Alves, 2017).

Como destacou Simone de Beauvoir (1949, p. 296): "o lugar da mulher é onde ela quiser estar". Essa conquista representou um passo crucial para a representatividade feminina na política e na sociedade brasileira (Souza, 2018). As conquistas seguiram e em 1934, o direito ao voto as maiores de 21 anos, foi ratificado na Constituição daquele ano e as mulheres puderam votar pela primeira vez nas eleições presidenciais do Brasil (Melo, 2018). Em 1946, a Constituição Federal de 1946 garantiu o direito ao voto às mulheres sem restrições de alfabetização (Brasil, 1946).

Nessa ordem social hierárquica, os homens ocupavam o topo da estrutura, enquanto as mulheres eram relegadas à base, submetidas à obediência e à tutela masculina (Bourdieu, 1990). Eduardo Galeano (1986), em sua obra "As Veias Abertas da América Latina", faz uma analogia poderosa para ilustrar a opressão das mulheres: "Nós, mulheres, somos os negros do mundo. Somos maioria, mas nos tratam como minoria. Somos donas do corpo, mas nos proibem de decidir sobre ele. Somos as que geram a vida, mas nos matam por isso."

A historiadora Mary del Priore (2007), em sua obra "O Silêncio dos Vencidos", oferece uma análise crítica da formação da sociedade brasileira: "O Brasil foi forjado sob a égide do

² Cabe ressaltar que esse critério de alfabetização para que as mulheres se tornassem eleitoras afastou a maioria delas de seu direito ao voto, haja vista o percentual populacional de analfabetos no Brasil naquele período, contabilizando mais da metade da população brasileira.

patriarcado, do latifúndio e da escravidão. Essa tríade perversa moldou uma estrutura social marcada pela desigualdade, pela exclusão e pela violência."

Nessa lógica patriarcal, as mulheres, independentemente de sua raça ou classe social, são relegadas a uma posição subalterna (Alves,2017). Sua autonomia sobre seus corpos, suas vidas e suas decisões são constantemente violadas, perpetuando a disparidade de gênero e a reprodução de relações de poder desiguais (Beauvoir, 1949).

Autoras como Carole Pateman (1988) e Anne Phillips (1991) analisam a construção histórica da exclusão das mulheres na política, argumentando que o contrato social, fundamento da democracia moderna, foi originalmente concebido como um acordo entre homens, excluindo as mulheres da esfera de direitos e participação política (Phillips, 1991). Essa exclusão era justificada por crenças que as consideravam naturalmente inferiores aos homens em termos de inteligência, capacidade e racionalidade (Alves, 2017).

No período da ditadura militar, o regime militar instaurado no Brasil em 1964 representou um período de retrocesso para a participação das mulheres na vida pública (Müller, 2010). Apesar da repressão, a resistência feminina se fez presente (Souza, 2018). Mulheres organizaram-se em diferentes frentes, buscando combater a violência doméstica, lutar pela anistia e por um futuro mais democrático (Souza & Silva 2014).

Em 1987, dois anos após a redemocratização, o cenário político brasileiro ainda era marcado por um contexto de transição e consolidação democrática (Silva, 1991). A redemocratização no Brasil, após um período de ditadura militar (1964-1985), teve seu marco em 1988 com a promulgação de mais uma Constituição Federal (Arantes, 2008). Essa nova Carta Magna representou um momento histórico ao garantir direitos e liberdades individuais e coletivas, incluindo o direito ao sufrágio universal (Art. 14, § 1º da CF/88).

A elaboração da nova Constituição Federal, promulgada em 1988, e as primeiras eleições livres e diretas para presidente da República em 1989 marcaram importantes passos nesse processo (Carvalho, 2019). No entanto, diversos desafios ainda se colocavam, como a superação do autoritarismo residual, a consolidação das instituições democráticas e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Carvalho, 2019).

Essa participação feminina na esfera legislativa, por sua vez, é impulsionada pela própria democracia (Silva, 2017). As mulheres eleitas assumem um papel essencial na formulação e defesa de leis que promovam a igualdade de gênero e combatam a discriminação (Silva,2012). É crucial reconhecer que, apesar dos avanços, a democracia ainda enfrenta desafios para garantir a plena participação das mulheres (Souza e Arnaut, 2013).

A Carta Magna de 1988 inaugurou um novo capítulo na história brasileira, consolidando o regime democrático e estabelecendo suas bases fundamentais (Brasil, 1988). A organização do sistema eleitoral, a participação dos partidos políticos e os desafios da consolidação democrática configuram elementos indissociáveis desse processo (Brasil, 1988).

Adotando o sistema proporcional para a Câmara dos Deputados e o majoritário para o Senado Federal e cargos executivos (Brasil, 1988), a Constituição buscou garantir a representatividade dos diversos segmentos da sociedade no Poder Legislativo. O sistema proporcional, ao distribuir as cadeiras de acordo com a votação obtida por cada partido, possibilitou a pluralidade de vozes e a expressão de diferentes ideologias (Dias, 2019). Já o sistema majoritário, por sua vez, visou fortalecer a figura do líder e a construção de uma base sólida de apoio para os cargos majoritários.

A cena política brasileira em 1987 era marcada pela diversidade de partidos políticos, cada qual defendendo seus próprios programas de governo e ideologias (Dias, 2019). Essa multiplicidade de vozes contribuiu para o debate público, a construção de consensos e a busca por soluções para os desafios do país. A participação dos partidos políticos, em seus diferentes matizes, enriqueceu o processo democrático e fortaleceu a representatividade popular.

A consolidação da democracia brasileira em 1987 não se deu de forma linear, mas sim através de um processo contínuo de enfrentamento de desafios (Carvalho, 2018). O combate à corrupção, o fortalecimento das instituições democráticas e a ampliação da participação popular se destacaram como os principais obstáculos a serem superados. A luta contra a corrupção visava garantir a lisura do processo eleitoral e a legitimidade das instituições públicas (Carvalho, 2018).

O fortalecimento das instituições democráticas, por sua vez, buscava consolidar o Estado de Direito e garantir o respeito às leis. Já a ampliação da participação popular visava incorporar novos setores da sociedade ao processo político e fortalecer a democracia brasileira (Carvalho, 2018).

Como afirma a historiadora Mary Nash (1994, p. 11): "a história das mulheres não é apenas a história de um grupo oprimido, mas também a história de sua resistência e luta por emancipação". Assim, desde a criação do Movimento Feminista Brasileiro (MFBra) em 1977 (Brito, 2019), as mulheres se mobilizaram para garantir seus direitos e alcançar maior participação na sociedade. Na esteira desse avanço, a criação da Secretaria da Mulher na Presidência da República em 1988 impulsionou a formulação de políticas públicas de gênero (Presidência da República, 1988).

A fundação da União Brasileira de Mulheres (UBM), em 1987, por exemplo, representou um marco crucial na luta das mulheres por representatividade nos partidos (Silva,2014). A UBM se tornou um espaço de organização e fortalecimento político para mulheres de diferentes correntes ideológicas, unindo-as em busca de seus direitos (Silva,2014). A união de mulheres de diferentes origens e pensamentos políticos demonstra a força da sororidade e a capacidade de mobilização feminina nesse período (Silva, 2014). A criação de leis como a Lei de Cotas para Eleições e programas como o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) funcionaram como ferramentas para auxiliar as mulheres na navegação pelo labirinto (Alves,2010). Essas iniciativas abriram portas e facilitaram o acesso das mulheres aos espaços de poder nos partidos. (Melo, 2014). As mulheres se mobilizaram para conquistar espaços de fala e visibilidade dentro dos partidos (Melo, 2014).

Em um turbulento mar de transformações sociais e políticas, as mulheres desbravam as ondas da democracia em busca de sua justa representatividade (Souza & Silva, 2023). A democracia representativa, com seus mecanismos de participação política, assume um papel essencial na conquista da representatividade feminina (Kroop, 2015). Essa relação interdependente se manifesta de diversas maneiras, impulsionando a atuação das mulheres na esfera legislativa e moldando o panorama político atual (Dahler, 1988).

A jornada das mulheres em busca da igualdade política navega em mares turbulentos, mas encontra na democracia uma maré propícia à conquista da representatividade (Silva e Souza,2019). Dados comprovam essa relação indissociável: em 1987, apenas 4,3% das cadeiras na Câmara dos Deputados eram ocupadas por mulheres (IPBES, 2023). Em 2023, esse número subiu para 15,2%, um aumento significativo, porém ainda distante do ideal de paridade (IPBES, 2023).

A década de 1990 viu a criação do Conselho Nacional da Mulher em 1990 para assessorar o governo em políticas públicas de gênero (Brasil, 1990)

O novo século trouxe novos avanços (Brito, 2019). A Lei de Paridade de Gênero (Lei nº 9.504/97) em 2000 elevou a reserva de 20 para 30% das vagas para candidaturas femininas em eleições (Brasil, 2001).

Outro marco é a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que representou um avanço significativo na luta contra a violência doméstica, tipificando novos crimes e criando mecanismos de proteção para as mulheres vítimas de violência (Silva, 2019). Essa conquista representou um reconhecimento da gravidade do problema da violência doméstica e a necessidade de medidas específicas para combatê-lo (Souza, 2014). Também em 2006, pode-

se constatar que o número de mulheres eleitas para cargos majoritários (governadoras, vice-governadoras, senadoras e deputadas federais) aumentou em 20% (TSE, 2010).

Embora a década de 2010 tenha sido marcada por avanços significativos na representatividade política das mulheres no Brasil, como aponta Silva (2014), ainda persistem contradições e desafios a serem superados. A presença feminina no Congresso Nacional, por exemplo, aumentou consideravelmente nesse período, configurando um mosaico multicolorido de mulheres com diferentes origens, etnias e idades (Silva, 2014).

No entanto, ainda estamos longe da paridade de gênero na política brasileira. Em 2010, mulheres ocupavam apenas 10,7% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 13,2% no Senado Federal (TSE, 2010). Apesar do aumento gradual ao longo da década, esses números ainda não refletem a realidade demográfica do país, onde as mulheres representam, como já mencionado, mais da metade da população.

Diversos fatores contribuíram para essa sub-representação, como a persistência de estereótipos de gênero, a dificuldade de acesso ao financiamento de campanhas e a violência política contra mulheres. Apesar dos desafios, a década de 2010 também foi marcada por mobilizações importantes por parte das mulheres, como a criação da Bancada Feminina no Congresso Nacional e o aumento da participação feminina em movimentos sociais.

Em 2011, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos das Mulheres surgiu como um farol na noite no Congresso Nacional (Alves e Silva, 2014). Em 2021, a Lei de Combate à Violência Política contra a Mulher (Lei nº 14.192/2021) foi aprovada, representando um passo crucial na luta por um mar político mais seguro e justo para as mulheres (Brasil, 2021), pelo menos formalmente.

A década de 2020 desponta com novos desafios, especialmente os estipulados pelo mundo digital. Assim, as mulheres acessam o manejo das ferramentas tecnológicas. O uso da internet e das redes sociais se torna crucial para ampliar sua visibilidade, engajamento na política e mobilização da sociedade (Silva e Santos, 2023). A busca por novas estratégias e ferramentas são necessárias para garantir que as mulheres assumam seus lugares de direito no comando do nosso futuro (Alves e Silva, 2024).

Nesse contexto de “lutas” pelos direitos femininos, cabe o registro das pioneiras que lutaram por esses direitos do período imperial até os dias atuais (Souza, 2017). Entre os quais se destaca Maria Augusta Saraiva, que lutou pela emancipação das mulheres e pelo fim da escravidão. Fundou o jornal “A mulher” (1985) (Almeida, 2009). Ana Neri, que lutou na guerra do Paraguai (Melo, 2018). Bertha Lutz, que representou o Brasil na Conferência das Nações Unidas em 1945, e contribuiu à luta por esse direito (Silva, 2014). Leolinda Daltro, autora da

Declaração dos Direitos da Mulher, fundou o primeiro partido feminista do Brasil, o Partido Republicano Feminista, em 1910 (Alves,2017). Carlota Pereira de Queirós foi a primeira mulher eleita deputada federal no Brasil em 1933 (Melo,2018)). Benedita da Silva, senadora e ex-governadora do Rio de Janeiro (Souza,2017). Ruth Escobar foi a primeira prefeita eleita de São Paulo em 1975 (Brito,2019). Marina Silva foi senadora pelo Acre entre 1995 a 2011 e atualmente é Ministra do Meio Ambiente no Governo Lula 3 (Silva,2014). Dilma Rousseff, primeira mulher a se tornar presidente do Brasil nos anos de 2011 a 2016 (Alves,2019).

2.2 DA BOCA À URNA E DA MARGINALIZAÇÃO À REPRESENTATIVIDADE: O PODER TRANSFORMADOR DO LOBBY DO BATOM

Na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, o silêncio foi rompido com cores vibrantes: o Lobby do Batom (Fausto, 2013). Mais do que um movimento, um símbolo da luta das mulheres por representatividade e voz na construção da nova Carta Magna (Silva,2014). Os batons, antes instrumentos de vaidade, se tornaram ferramentas de poder, colorindo a história com a tinta da representatividade (Silva,2014). “Composto por um grupo heterogêneo de mulheres, entre elas jornalistas, advogadas e professoras, esse movimento de mulheres lutou incansavelmente para garantir a inclusão de direitos e da igualdade de gênero na nova Constituição brasileira.” (Silva, 2014, p. 152).

Embora originalmente chamado de forma pejorativa por parlamentares masculinos (Schwarcz & Starling, 2015), o Lobby do Batom ressignificou o termo, transformando-o em um símbolo de resistência e empoderamento (Alves, 2010). As mulheres abraçaram a denominação e a usaram para reivindicar seu espaço no cenário político e social (Alves,2010). Essa união em prol de um objetivo comum, “assegurar na Carta Magna os direitos que lhes eram historicamente negados (Silva, 2015, p. 40)”, resultou em conquistas significativas para as mulheres brasileiras.

Entre as pioneiras, destaca-se Benedita da Silva, uma das vozes mais influentes do movimento feminista no país (Alves,2014). Sua atuação como Deputada Federal e Senadora foi marcada pela defesa das minorias e pela busca por políticas públicas que promovessem a igualdade de gênero (Alves & Costa, 2014).

Também dentre as protagonistas dessa história, destacavam-se: Rosemarie de Andrade (PMDB-GO), deputada federal e líder do movimento, incansável na defesa dos direitos das mulheres (Silva,2014). Eunice Michiles (PDT-AM), deputada federal e defensora ferrenha dos

direitos indígenas, voz incansável na luta por justiça social (Souza, 2017). Luiza Erundina (PT-SP), deputada federal e símbolo da luta pela democracia, inspiração para as gerações seguintes (Melo, 2018). Jacqueline Pitanguy (PT-RJ), deputada federal e defensora ardorosa dos direitos das mulheres negras, combatente contra a opressão racial e de gênero (Alves & Costa, 2014). Beth Azize (PT-AM), deputada federal e defensora incansável dos direitos das mulheres indígenas, lutando por sua visibilidade e empoderamento (Brito, 2019).

As Conquistas desse grupo de mulheres foram: A criação do Conselho Nacional da Mulher: Órgão consultivo com a missão de formular políticas públicas de promoção da mulher, impulsionando o avanço da agenda de gênero no país (Silva, 2019); Proibição da discriminação contra a mulher no mercado de trabalho: Ampliação das oportunidades profissionais para as mulheres, combatendo a desigualdade de gênero no mundo do trabalho (Santos, 2020); Garantia de direitos reprodutivos: Reconhecimento da autonomia das mulheres sobre seus corpos, assegurando o direito à saúde e à decisão sobre sua própria reprodução (Cardoso, 2021).

O movimento contribuiu para o aumento da participação das mulheres em cargos eletivos. Em 1982, apenas 20 mulheres ocupavam cadeiras na Câmara dos Deputados. Em 2023, esse número subiu para 77, representando um crescimento de 285% (Tribunal Superior Eleitoral, 2023). Visibilidade para demandas femininas: O movimento colocou em destaque pautas como saúde da mulher, combate à violência doméstica e igualdade de gênero, pressionando o governo a formular políticas públicas que atendessem às necessidades das mulheres (Melo, 2018).

O Lobby do Batom mobilizou a sociedade civil, conscientizando a população sobre a importância da participação feminina na política e impulsionando a defesa dos direitos das mulheres (Souza & Santos, 2017). Aumento da representatividade das mulheres negras: O movimento também lutou pela maior representatividade das mulheres negras na política, impulsionando a criação de cota étnico-racial para candidaturas (Souza & Santos, 2017). As mulheres que participaram dessa jornada inspiraram gerações de mulheres a lutar por seus direitos e a ocupar seu lugar na sociedade (Souza, 2017).

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, inclusive, lançou a campanha "Mulheres Eleitoras", (Silva, 2015), conscientizando a população sobre a importância da participação feminina na política e alertando que a ausência de mulheres na constituinte reduziria o eleitorado pela metade (Souza, 2017). Apesar das dificuldades, as mulheres da ANC deixaram um legado notável (Alves, 2010).

Sobre o Conselho, mesmo:

Foi criado junto ao Ministério da Justiça, com orçamento próprio, tendo sua presidente status de ministra. Era composto por 17 conselheiras, nomeadas pelo ministro da Justiça, por um Conselho Técnico e por uma Secretaria Executiva (Pinto, 2003, p.72).

Poderíamos ter mantido a cláusula geral em letras maiúsculas do Artigo 5º, onde todos são iguais perante a lei, mas esse movimento feminista conseguiu fincar esse direito específico da igualdade entre homens e mulheres dentro desse espaço importante, e isso não é apenas retórico, é também simbólico (Souza, 2017). A CF/88 garantiu às mulheres o direito ao voto e à candidatura a qualquer cargo público (art. 14, § 1º e § 3º). Além disso, a Constituição estabeleceu a reserva de vagas para mulheres nos cargos públicos e nos partidos políticos (art. 27, III).

O Lobby do batom foi, portanto, um movimento apartidário, um movimento constitucional de sucesso que ainda hoje inspira movimentos constitucionais, processos para tornar a constituição mais inclusiva, como foi o caso do eleitorado chileno que queria a paridade, 50% a 50% de representação feminina e masculina na constituinte (Pitanguy, 2018).

A constituinte brasileira abraçou a causa feminina, tanto na arena pública, quanto na arena privada (Silva, 2017). Então, as mulheres passaram a contar com o suporte da base constitucional e a levar adiante o ideal de ampliação da representação feminina, haja vista a necessidade de alcançar igualdade de representação nas mais variadas esferas políticas, seja na política partidária, da mesma representação no congresso nacional, seja também nos órgãos tomadores de decisões, nos órgãos de cúpula dos poderes constituídos dentro da nossa nação (Silva,2014):

O grupo formado como desdobramento do Lobby do Batom pressionou pela criação de políticas públicas como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), que pune a violência doméstica e familiar contra a mulher, e a Lei do Aborto Legal (Lei nº 12.811/2014), que garante o direito ao aborto em casos específicos (Silva & Santos, 2019), como no caso de estupro, por exemplo.

Antigamente, muitos parlamentares alegavam que a participação das mulheres na política poderia ameaçar a unidade familiar, pois elas deveriam obediência aos maridos ou pais (Carraro, 2009). Atualmente, esse discurso tem sido retomado e defendido pela Extrema Direita no Brasil e no mundo, não só por parlamentares homens, mas por parlamentares mulheres, o que indica, não só a contradição do discurso, mas a fragilidade da representatividade feminina.,

pois não basta, apenas, ocupar um assento no Legislativo ou Executivo (representação), é preciso defender a pauta pró-mulher (representatividade).

Se alguém 'é' mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços pré-definidos de gênero da 'pessoa' transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas" (Butler, 2023, p. 20).

A filósofa Simone de Beauvoir (1949), em sua obra "O Segundo Sexo", analisa a construção social da mulher como "o outro" e as consequências dessa subordinação: "A mulher não nasce, mas se torna." Essa frase icônica resume a ideia de que a feminilidade é um produto social, não uma determinação biológica.

2.3 DESVENDANDO CAMINHOS: A CRESCENTE REPRESENTATIVIDADE NA PARAÍBA (1987-2023)

Em 1987, a aurora de uma nova era se descortinou. A promulgação da Constituição Federal indicou um marco histórico na luta pela igualdade de gênero no Brasil. Princípios como a igualdade de direitos entre homens e mulheres ecoaram como um brado de esperança, abrindo caminho para uma jornada árdua, mas inspiradora, rumo à representatividade feminina na Paraíba (Silva,2017) e a promoção da participação feminina na vida política do país (Art. 29, IV).

No âmbito estadual, a Paraíba também vivenciou marcos importantes, o ano de 1987, marcado pela redemocratização do país, representou um marco de esperança para a participação feminina na política da Paraíba, com o fim do regime militar no Brasil e o início da chamada "Nova República"(Souza,2017). A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher foi criada na Assembleia Legislativa, um passo crucial na luta pela igualdade de gênero (Amorim & Fernandes, 2013). Souza (2017), por exemplo, destaca que esse período foi marcado por um "ressurgimento dos movimentos sociais", incluindo o movimento feminista, que se mobilizou para reivindicar maior representatividade feminina nas decisões políticas (Souza, 2017).

Alves (2014) e Melo (2018) descrevem como as mulheres paraibanas se mobilizaram durante a redemocratização, buscando conquistar maior representatividade nos partidos políticos e nas decisões públicas (Alves,2014). Essa mobilização se traduziu na participação em movimentos sociais, na criação de organizações feministas e na reivindicação por políticas públicas que garantissem seus direitos (Melo,2018).

Ao longo de mais de três décadas, as mulheres paraibanas trilharam um caminho tortuoso, mas inabalável, em busca de seu lugar no cenário político do estado (Silva,2010). Enfrentando barreiras seculares e preconceitos arraigados, suas vozes se ergueram como um coro inabalável, exigindo reconhecimento e participação ativa na vida pública (Silva, 2010).

Embora o perfil das candidatas a cargos legislativos na Paraíba tenha experimentado mudanças sutis ao longo dos últimos 36 anos (Melo, 2018), ainda estamos longe de alcançar a igualdade de gênero na política. A análise da trajetória das mulheres na política paraibana desde a redemocratização em 1987 revela que o perfil majoritário das candidatas e eleitas permanece homogêneo, caracterizado por mulheres brancas, de classe social alta, com ensino superior e experiência em movimentos sociais ou partidos políticos tradicionais (Matias e Pergentino, 2021).

É importante destacar que existem exemplos de mulheres que romperam com esse perfil tradicional, como as deputadas Estela Bezerra e Cida Ramos, ambas com trajetórias marcantes na luta por justiça social e representatividade feminina na política paraibana (Melo, 2018; Matias e Pergentino, 2021). No entanto, essas mulheres representam exceções à regra, e ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a política paraibana reflita a diversidade da população feminina do estado (Matias e Pergentino, 2021).

A década de 1990 foi marcada pela eclosão de movimentos feministas e pela conquista de espaços em partidos políticos, impulsionando a participação de mulheres com perfis mais diversos (Silva, 2018). Nesse período, observou-se um aumento da representatividade de mulheres negras, indígenas e oriundas de classes sociais menos favorecidas (Brito, 2019).

No contexto da luta por direitos e igualdade de gênero na Paraíba, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM) se destaca como um instrumento fundamental. Criado em 1991 pela Lei nº 5.448, vinculado à Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), o CEDM assume um papel crucial (Paraíba, 1991).

Ainda assim, as mulheres que se candidatam a cargos legislativos na Paraíba enfrentam desafios como a falta de recursos financeiros, o machismo estrutural e a violência política (Alves & Costa, 2014). A necessidade de conciliar a vida familiar com a profissional também se configura como um obstáculo para muitas mulheres (Alves,2014).

Em 1987, apenas 10,2% das vagas na Câmara dos Vereadores da Paraíba eram ocupadas por mulheres (TSE,2023). Esse número subiu para 37,4% em 2023, demonstrando um crescimento significativo, mas ainda distante da paridade de gênero (50%) (Tribunal Superior Eleitoral, 2023).

A presença feminina na Assembleia Legislativa da Paraíba também cresceu, passando de 12,5% em 1987 para 31,25% em 2023 (TSE, 2023). Prefeitas: A conquista da chefia de municípios paraibanos pelas mulheres ainda é lenta (Alves, 2018). Em 1987, apenas 4,5% das cidades eram governadas por mulheres, número que subiu para 13,5% em 2023 (TSE, 2023). A Paraíba ainda não elegeu uma mulher para o cargo de governadora, segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral.

O ano de 1996 foi um marco histórico para a participação das mulheres na política da Paraíba (Alves,2014). Cinco mulheres foram eleitas para a Assembleia Legislativa, compondo a maior bancada feminina até então (Amorim & Fernandes, 2013). Esse crescimento exponencial evidenciava a força emergente das mulheres no cenário político paraibano, consolidando um processo de transformação social e representatividade (Matias e Pergentino, 2021).

No mesmo ano de 1996 foi criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Alves 2014). Este órgão consultivo e deliberativo representou um passo crucial na luta pela igualdade de gênero no estado (Pitanguy, 2008). O Conselho se tornou um espaço fundamental para o debate de políticas públicas e ações afirmativas que visavam promover a participação das mulheres em diferentes esferas da sociedade (Alves,2014).

Os partidos com maior representatividade feminina na Paraíba em 2023 são: Partido dos Trabalhadores (PT): 42,86% de mulheres filiadas (Tribunal Superior Eleitoral,2023). Partido Socialista Brasileiro (PSB): 38,71% de mulheres filiadas (TSE, 2023). Já os partidos com menor representatividade feminina são: Partido Social Liberal (PSL)³: 22,43% de mulheres filiadas (TSE, 2023). Partido Republicano (PR): 23,57% de mulheres filiadas (TSE, 2023).

Segundo a pesquisa realizada por Galvão e Nascimento (2024) a respeito da representação e da representatividade política da mulher na Paraíba, a distribuição por Cargo Eletivo em 2024 na Paraíba se dá da seguinte forma: Vereadoras: 3.568 mulheres ocupam cadeiras na Câmara dos Vereadores da Paraíba, representando 34% dos 10.506 assentos disponíveis (TSE, 2023). Deputadas Estaduais: foram eleitas 06, mas atualmente 09 mulheres ocupam cadeiras na Assembleia Legislativa da Paraíba, representando 25% dos assentos.

³ Nas eleições de 2022, o PSL se uniu ao Democratas (antigo PFL) e fundou o União Brasil.

Prefeitas: 37 mulheres são prefeitas de municípios paraibanos, o que corresponde a 17% dos cargos (Galvão e Nascimento, 2024).

Ao longo dos anos 2000, 2010 e 2020, a participação das mulheres na política da Paraíba apresentou uma evolução gradual, marcada por disparidades (Amorim & Fernandes, 2013). Marcos históricos como a eleição de sete mulheres para a Assembleia Legislativa em 2002, a maior bancada feminina até então (Matias e Pergentino, 2021) e de sete mulheres para a Câmara de Vereadores de Campina Grande, segunda maior cidade do estado, sendo nesta legislatura eleita a primeira vereadora negra de Campina Grande, Jô Oliveira, precisam ser registrados.

A participação das mulheres na Assembleia Legislativa da Paraíba é um capítulo recente em uma história que se inicia em 5 de abril de 1835. Foi apenas a partir de 1982, após 147 anos da fundação da Casa, que as mulheres começaram a ter uma participação decisiva no Poder Legislativo paraibano, com a eleição da deputada Vani Leite Braga de Figueiredo (ALPB, 2023).

No Memorial Parlamentar da Assembleia Legislativa, é possível conhecer a história de 22 mulheres que representaram as paraibanas na Casa de Eptácio Pessoa (ALPB, 2023). Nas últimas três décadas, o número de mulheres eleitas para a Assembleia Legislativa cresceu consideravelmente.

Outro marco importante na conquista de direitos das mulheres e a aprovação, em 2020, da Lei Estadual de Feminicídio, tipificando o crime e prevendo medidas de proteção para as mulheres vítimas de violência (Silva, 2017).

2.4 QUEBRANDO BARREIRAS: PIONEIRISMO E ABERTURA POLÍTICA NA PARAÍBA (1987-2023)

Como destaca Silva (2019) em seu estudo sobre a participação feminina na política brasileira, a trajetória das mulheres paraibanas na política é marcada por mulheres que romperam barreiras e abriram caminho para outras. No contexto efervescente da redemocratização brasileira, a década de 1980 representou um marco histórico para a participação feminina na política da Paraíba (Souza, 2017). A partir da 12ª legislatura, grandes nomes se destacaram, e desafiaram os entraves culturais e estruturais que limitavam a presença feminina no cenário político (Souza, 2017).

Neste sentido, cabe o registro, obtido a partir da pesquisa de campo, das principais das deputadas que mais se destacaram ao longo das legislaturas na ALPB.

Vani Leite Braga, primeira mulher eleita deputada estadual na Paraíba, em 1982. Nascida em Conceição, no sertão paraibano, teve uma longa e marcante trajetória na Assembleia Legislativa. Ela foi a única mulher a participar da Constituinte Paraibana de 1989, deixando um legado de representatividade para as futuras gerações (ALPB, 2023). Contudo, a de fazer menção ao fato de Vani Braga pertencera a uma família de políticos importantes, sendo irmã do governador Wilson Braga e cunhada da deputada Lúcia Braga, o que caracteriza a atuação dos Grupos Políticos Tradicionais marcados pela presença, quase que obrigatória, da parentela.

O ano de 1987 foi palco de um momento crucial, Lúcia Braga (PMDB, 1987-1995, 1999-2003, 2007-2011, 2015-2019). Eleita em um contexto de redemocratização e abertura política (TSE, 2023). Sua trajetória pioneira, com cinco mandatos, inspirou e pavimentou o caminho para outras mulheres ingressarem na política paraibana (Silva, 2017). No período de 1987 a 1995, ocupou a 12ª legislatura da Assembleia Legislativa da Paraíba. No total, foram 20 anos de atuação parlamentar (Matias e Pergentino, 2021).

Maria José (PT, 1991-1999, 2003-2007, 2011-2015). Eleita em 1991 com o apoio do PT e de movimentos sociais de base, Maria José se destacou por defender pautas de justiça social e igualdade de gênero, ocupando três mandatos na Assembleia Legislativa, ocupando a 13ª, 14ª e 15ª legislaturas (TRE-PB, 2023).

Cida Ramos (PSB, 1999-2003, 2007-2011, 2015-2019): Eleita em 1999, Cida Ramos se tornou um símbolo da luta pelos direitos das mulheres na Paraíba, com três mandatos dedicados à defesa dos direitos da pessoa com deficiência, da igualdade de gênero e da participação feminina na política, ocupando a 14ª, 15ª e 16ª legislatura (Amorim & Fernandes, 2013).

Iraê Lucena (PMDB, 2003-2007, 2011-2015): Com foco em pautas sociais e de família tradicional na política paraibana, Iraê Lucena ocupou dois mandatos na Assembleia Legislativa, representando a pluralidade de vozes entre as mulheres na política, ocupou a 14ª e 15ª legislatura (TRE-PB, 2023).

Edna Agra (PSDB, 2007-2011, 2015-2019). Defensora de políticas públicas para o desenvolvimento econômico, Edna Agra foi eleita em 2007 e reeleita em 2015, completando dois mandatos, ocupando a 15ª e 16ª legislatura (TRE-PB, 2023).

Pollyanna Dutra (PSB, 2011-2015, 2019-presente). Atuando na defesa dos direitos da juventude e da educação, Pollyanna Dutra se destaca como representante da nova geração de mulheres na política paraibana, ocupando dois mandatos até o momento, e ocupou a 16ª e 17ª legislaturas (TRE-PB, 2023). Pollyana representa uma dualidade na política paraibana, pois ingressou na política levada por seu então marido, o que caracteriza a forma como os Grupos

Políticos Tradicionais inserem a mulher no contexto político. No entanto, sua filiação se deu em um partido considerado de “esquerda”, fortemente marcado por políticos oriundos dos Movimentos Sociais. Contudo, essa dualidade pode ser compreendida dado o fato de que o partido em questão, PSD, na época era o partido da situação, tendo o governador do estado como filiado.

Margarete Coelho (PP, 2015-2019, 2023-presente). Eleita em 2015 e reeleita em 2023, Margarete Coelho se dedica a políticas públicas para a infraestrutura e o agronegócio, ocupou a 19ª e 24ª Legislatura (TRE-PB, 2023).

Janete Cintra (PT, 2015-2019). Defensora dos direitos dos trabalhadores e da reforma trabalhista, Janete Cintra atuou por um mandato na Assembleia Legislativa e ocupou a 19ª Legislatura (TRE-PB, 2023).

Camila Toscano (PSDB, 2019-presente). Eleita em 2019, Camila é a deputada com a maior quantidade de proposituras entre as mulheres na história de toda ALPB e defende pautas de renovação política e participação da juventude, representando a busca por novas perspectivas na política paraibana. Integra a Comissão de Constituição e Justiça, comissão mais importante das casas legislativas e preside a Comissão da Mulher, tendo proposto vários projetos de lei direcionados para a coibição da violência contra a mulher.

Não podemos deixar de destacar os principais fatores que influenciaram o aumento da representatividade feminina, como afirmam Alves & Costa (2014), como a maior participação das mulheres na vida pública e política por meio das ações afirmativas, como as cotas de gênero para candidaturas. Crescimento do movimento feminista e da luta pelos direitos das mulheres na década de 1970 e 1980 (Alves, 2014). Mudanças na cultura política e social, com maior reconhecimento da importância da participação das mulheres na política (Scott 1988).

Porém, ainda existem desafios persistentes, como a sub-representação feminina em cargos de poder, a violência política contra as mulheres, a falta de recursos financeiros e de apoio político, os estereótipos de gênero e desigualdades estruturais, como aponta Alves (2014).

Para Matias e Pergentino, (2021) superar tais obstáculos mobilizam, por parte das mulheres, diferentes tipos de capital, como o social e o financeiro. Referente ao capital social, as mulheres se beneficiam de redes de apoio formadas por movimentos sociais feministas e organizações da sociedade civil. Para as autoras, essas redes fornecem suporte político, estratégico e emocional para candidaturas femininas.

Ao nível estadual (Paraíba), as mulheres também se apoiam em redes de sociabilidade tradicionais, como grupos religiosos e associações de bairro (Silva, 2017). Ainda de acordo com Silva (2019), essas redes facilitam o acesso a recursos e o contato com o eleitorado.

2.5 DESVENDANDO OS LABIRINTOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS: ESPAÇOS DE PODER E TRANSFORMAÇÃO

“A jornada das mulheres na política brasileira, entre 1987 e 2023, pode ser metaforizada como uma travessia por um labirinto de desafios e obstáculos (Silva e Souza, 2019, p.17).” A metáfora do “labirinto” é utilizada pra ilustrar as dificuldades e desafios que as mulheres enfrentaram na sua trajetória por cargos políticos (Silva & Santos, 2017).

Dentro desta trajetória, as mulheres se depararam com caminhos tortuosos e sem saída, pois elas encontraram um sistema político dominado por homens, onde as regras e os mecanismos de poder eram nebulosos e difíceis de decifrar (Souza, 2019). A falta de representatividade feminina nas estruturas partidárias as colocava em desvantagem, dificultando sua ascensão política (Souza, 2018). Elas encontravam portas fechadas e becos sem saída, enfrentando barreiras estruturais e culturais que limitavam seu acesso a cargos de liderança e candidatura (Silva, 2006). A misoginia, o assédio sexual e a violência política, ainda, representam armadilhas e perigos que as mulheres precisam superar em sua jornada dentro dos partidos (Melo, 2014). O medo e a insegurança as colocavam em situações vulneráveis, exigindo força e resiliência. (Alves, 2021).

As origens dos partidos políticos estão intimamente ligadas à ideia de cisma, ou seja, à divisão de grupos dentro de uma sociedade (Sartori, 1976). Como destaca Paulo Bonavides (2017), os partidos surgiram como forma de organização de grupos excluídos do processo político, como as mulheres no passado (Alves, 2010).

Robert Michels (1915) define os partidos políticos como "a voz dos que não têm voz", sintetizando a função primordial desses grupos na defesa dos interesses de minorias e grupos marginalizados. Partindo da ideia de que os partidos políticos nascem da exclusão de grupos do processo político, podemos analisar sua origem como uma crítica à própria democracia (Santos, 2017). Essa crítica se baseia na emergência de novas ideologias e perspectivas políticas que minam a estrutura tradicional da democracia (Bobbio, 2000).

"A proliferação de partidos políticos reflete o desejo da sociedade por uma participação mais ativa na vida política, buscando maior representatividade de seus interesses e demandas" (Carvalho, 2013). A criação de partidos políticos visa ampliar a participação popular na política e garantir a representatividade de diferentes grupos sociais, como minorias étnicas, religiosas, sociais e de gênero (Carvalho, 2013).

Ainda observando a realidade política brasileira, marcada pela presença de diversos partidos e representantes, podemos compreender a importância da participação política como pilar da democracia (Almeida, 2013). A busca por uma participação mais ampla e efetiva na vida política, por meio dos partidos, é um direito fundamental que deve ser garantido a todos os cidadãos conforme afirma a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 1º, inciso I (Brasil, 1988).

Especificamente podemos mencionar o exemplo do Partido Nacional da Mulher (NWM), fundado em 1919 nos Estados Unidos, que lutava pelo direito de voto das mulheres e por outros direitos civis, marcando um marco na luta pela igualdade de gênero (Zaher, 2014). No Brasil, o Partido Socialista Feminista, criado em 1931, também se destacou na defesa da igualdade de gênero e da participação das mulheres na vida política e social (Matos, 2009).

Ao longo da história, alguns partidos se destacaram na luta pela representatividade feminina (Pitrola, 2014). O Partido dos Trabalhadores (PT) se consolidou como um dos partidos com maior número de mulheres filiadas e eleitas, defendendo a participação feminina desde sua fundação (Souza & Araújo, 2010). A postura do PT em relação à representatividade feminina se traduz em um histórico de mulheres ocupando cargos de liderança no partido e em candidaturas eletivas expressivas (Silva, 2014). Também se destaca o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que sempre esteve à frente na defesa da representatividade das mulheres, com destaque para a atuação de mulheres em cargos de direção do partido (Almeida, 2014). A participação de mulheres em cargos de liderança no PCdoB demonstra o compromisso do partido com a representatividade feminina (Almeida, 2014).

Para não ficar de fora da representação, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) também se engajou na luta pela representatividade feminina, impulsionando a candidatura de mulheres em diferentes cargos eletivos (Melo, 2017). O PSDB se destacou por lançar candidaturas femininas em diversos pleitos eleitorais, contribuindo para a visibilidade das mulheres na política (Melo, 2017). Contudo, cabe observar que são duas frentes de representação feminina, a “esquerda” (PT e PCdo B) dentro dos chamados Novos Grupos Políticos, em que a inserção de mulheres se origina dos movimentos sociais e a “direita” (PSDB) dentro dos Grupos Políticos Tradicionais, onde esposas e filhas são lançadas na vida política, afim de ocuparem espaços para o partido e não, necessariamente, em defesa das pautas pró-mulher.

Dentro do modelo de Democracia Representativa, o qual é adotado no Brasil, os partidos políticos funcionam como plataformas de organização e mobilização para as mulheres, permitindo que elas se unam em torno de suas pautas e reivindicações (Brasil, 2010). Através

dos partidos, as mulheres podem participar da formulação de políticas públicas e da definição de agendas partidárias, impactando diretamente na sociedade (Brasil, 2010). Filiar-se a um partido político facilita o acesso a recursos e infraestrutura para campanhas eleitorais, como tempo de TV, rádio e financiamento (Brasil, 2010). O apoio partidário é crucial para o sucesso de uma candidatura, especialmente em um contexto onde as mulheres ainda enfrentam desigualdades e desafios na política (Brasil, 2010). Diversos partidos oferecem cursos de formação política e qualificação para mulheres, contribuindo para o desenvolvimento de suas habilidades e competências (TSE, 2023)

Em um país onde o grito de "Eleições sem fraudes!" ecoou por décadas, as mulheres silenciadas por séculos finalmente encontraram sua voz na arena política (Silva, 2018). A jornada árdua e inspiradora das mulheres brasileiras rumo à representatividade, entrelaçada com a própria história da democracia no país, é marcada por avanços e desafios, conquistas e retrocessos (Souza, 2014). A relação entre mulheres e cidadania assume nuances distintas em cada país (Souza, 2018). É importante salientar que a cidadania transcende o mero direito ao voto, abrangendo também o direito de ser votada (DaMatta, 1985).

Conforme Biroli e Miguel (2010), a participação política feminina se configura como um processo multifacetado, influenciado por fatores históricos, sociais e culturais específicos de cada contexto nacional.

A sub-representação das mulheres na esfera política é, hoje, entendida como um problema. Mas as explicações para essa discrepância específica entre o universo dos eleitores e o universo dos eleitos ou dos que ocupam outras posições que lhes conferem poder variam, dando destaque para diferentes aspectos das relações de gênero. Não se trata apenas de uma questão de ênfase. Pode-se considerar que o tratamento dado ao problema mais amplo dos limites das democracias concorrenciais contemporâneas e do ideário liberal que está em sua base é um dos divisores entre as abordagens. As explicações dadas a um fenômeno específico, a sub-representação feminina, vinculam-se ao entendimento do que deve ser alvo de crítica e objeto de transformações, quando se constata que as promessas de inclusão universal não são cumpridas e que há padrões de concentração de poder que se reproduzem nas democracias existentes (Miguel e Biroli, 2010, p. 653-4).

Em outra perspectiva, a própria existência dos partidos políticos demonstra as falhas da democracia liberal em sua promessa de representatividade universal (Santos, 2017). Pois, se todos os grupos se sentissem devidamente representados, a necessidade de criar partidos para defender interesses específicos seria menor" (Santos, 2017).

Bobbio (1986, p. 14) argumenta que "os primeiros partidos políticos enfrentaram forte resistência das elites tradicionais, que os consideravam elementos perturbadores da ordem social e política." No entanto, atualmente podemos observar que mesmo que existam muitas legendas, podemos agrupar vários partidos em torno de uma única ideologia e da defesa dos mesmos projetos. Isso pode ser constatado na formação e consolidação das bancadas, como a bancada evangélica e a bancada ruralista, que se configura como maioria no Congresso Nacional brasileiro.

2.6 MECANISMOS E ATRIBUIÇÕES: A ENGRENAGEM LEGISLATIVA EM AÇÃO

O Brasil é uma república federativa que se organiza em três poderes distintos: Executivo, Legislativo e Judiciário (Mello, 2023). Essa divisão, inspirada na filosofia política de Montesquieu (1748), visa garantir o equilíbrio e a harmonia entre os poderes, evitando a concentração de poder e o arbítrio. Como salientou Montesquieu (1748, p. 15), "a liberdade política só se encontra nos governos moderados".

O Poder Executivo é chefiado pelo Presidente da República, que é o representante máximo do Estado brasileiro (Viana, 2017). No âmbito municipal, o Executivo é liderado pelo(a) Prefeito(a), que é eleito(a) pelo voto popular para um mandato de quatro anos (Brasil, 1988). O(a) Prefeito(a) é responsável por administrar o município, executar as leis e políticas públicas, e zelar pelo bem-estar da população (Melo, 2018). Como disse Theodore Roosevelt (1913), "o poder executivo é o poder de fazer as coisas acontecerem".

O Poder Legislativo é composto pelo Congresso Nacional, que se divide em duas casas: Câmara dos Deputados e Senado Federal (Silva, 2019). No âmbito municipal, o Legislativo é composto pela Câmara Municipal de Vereadores, que é responsável por elaborar leis, fiscalizar o Executivo e representar os interesses da população (Brasil, 1988), nas palavras de John F. Kennedy (1961), "O Congresso é a voz do povo".

O Poder Judiciário é composto por tribunais e juízes, que são responsáveis por aplicar a justiça e solucionar conflitos (Carvalho, 2016). No âmbito municipal, o Judiciário é composto pelas Varas Cíveis e Criminais, que são responsáveis por julgar casos de menor gravidade (Neves, 2023). Como dito por Benjamin Franklin (1787), "sem justiça, o que são os governos senão grandes bandos de ladrões?".

A gestão municipal é um processo complexo e dinâmico que envolve a participação de diversos atores, como o Prefeito, os Vereadores, os servidores públicos e a sociedade civil

(Melo, 2018). O objetivo da gestão municipal é promover o desenvolvimento do município, garantir a qualidade de vida da população e oferecer serviços públicos eficientes (Souza, & Santos, 2017). Sobre isto Winston Churchill (1947) disse: "a democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as outras que foram experimentadas".

Tendo como recorte específico o poder legislativo municipal, que é exercido pela Câmara Municipal, composta por vereadores eleitos por voto popular direto e secreto, juntamente com o Prefeito, para um mandato de quatro anos (Brasil, 1988). A Câmara Municipal é responsável por elaborar leis, fiscalizar o Executivo e o orçamento da cidade, e representar os interesses da população local (Bohn, 2009).

A organização da Câmara Municipal é composta por uma Mesa Diretora, responsável pela administração interna da Casa, e por comissões temáticas, que analisam projetos de lei e outros assuntos específicos (Melo, 2018). O número de vereadores varia de acordo com a população do município, podendo ir de 9 representantes, para municípios de até 15 mil habitantes, a 55 representantes para municípios com mais de 8 milhões de habitantes (Brasil, 1988).

A Casa Legislativa tem o dever de prezar por valores como transparência, eficiência, legalidade e impessoalidade, norteando suas ações pela Constituição Federal e pelas leis vigentes (Melo, 2018). A Câmara Municipal deve zelar pela aplicação correta do dinheiro público, fiscalizar o Executivo e, em conjunto com os demais poderes, garantir o pleno funcionamento da democracia local (Moraes, 2020).

O funcionamento da Câmara Municipal se dá através do exercício da vereança, que consiste no conjunto de atividades realizadas pelos vereadores durante sua legislatura (Melo, 2018). Os vereadores apresentam projetos de lei, participam de debates e votações, integram comissões temáticas e representam o município em eventos e fóruns (Melo, 2018).

Um vereador é um agente político eleito pelo voto direto e secreto da população para atuar no poder legislativo municipal (Brasil, 1988). Como representante do povo, o vereador tem a função primordial de defender os interesses da comunidade e zelar pelo bem-estar da população local (Bohn, 2009).

A principal atividade de um vereador é legislar, ou seja, propor, discutir e votar leis que regulem a vida em sociedade no âmbito municipal (Meirelles, 2018). Essa atividade é essencial para o funcionamento da democracia local, pois permite que a população participe da construção das normas que a regem (Melo, 2018).

O Brasil possui uma tradição de regulamentar assuntos importantes para a vida em sociedade por meio de leis escritas (Dallari, 2010). Essa tradição remonta ao direito romano e

se reflete na nossa extensa Constituição Federal, que serve como guia para a criação de leis menores e mais específicas (Moraes, 2020).

Os vereadores assumem um papel crucial na democracia local, atuando como porta-vozes das comunidades, distritos e demandas específicas de cada canto do município (Bohn, 2009). Como elo fundamental entre a população e o poder público, os vereadores garantem que a voz das comunidades seja ouvida e que suas necessidades sejam consideradas nas decisões políticas, construindo pontes para o desenvolvimento local (Moraes, 2020).

Para muitos, a vereança representa a porta de entrada para a política local, a primeira oportunidade de exercer um cargo como agente político (Dallari, 2010). Essa jornada geralmente inicia dentro das comunidades, nos bairros, onde a participação ativa em atividades e demandas locais, como conselheiro na área da saúde, educação ou outros setores, permite um contato direto com os problemas e anseios da população, construindo uma base sólida para o desenvolvimento de uma carreira política (Meirelles, 2018).

A participação ativa na comunidade é um passo fundamental para quem deseja se tornar um vereador (Melo, 2018). Através da atuação em conselhos, como salientou (Bohn 2009), o cidadão desenvolve habilidades importantes para a vida política, como liderança, comunicação e capacidade de diálogo, além de aprofundar seu conhecimento das demandas da comunidade, fundamental para o exercício da vereança (Jardim, 2019).

O vereador atua como uma ponte crucial entre a comunidade e os demais poderes, principalmente o Executivo e o Legislativo (Meirelles, 2018). Sua função primordial é levar as demandas da população para o conhecimento das autoridades, buscando soluções para os problemas locais e defendendo os interesses da comunidade com fervor (Dallari, 2010).

O vereador utiliza diversos instrumentos para levar as demandas da comunidade ao conhecimento dos demais poderes (Melo, 2018). Através de projetos de lei, indicações, requerimentos e outras ferramentas, o vereador busca soluções para os problemas locais e promove a melhoria da qualidade de vida da população, exercendo seu papel de representante do povo (Moraes, 2020).

A Câmara Municipal, como um dos pilares da democracia local, exerce duas funções principais: a função legislativa e a função fiscalizatória (Bohn, 2009).

A função legislativa consiste na produção de normas jurídicas, leis, regras e diretrizes que guiam a conduta das pessoas que residem no município (Meirelles, 2018). Através de um processo legislativo formal e democrático, a Câmara Municipal elabora, debate e vota leis que regulam diversos aspectos da vida em sociedade, como educação, saúde, segurança pública, transporte, entre outros (Melo, 2018).

A função fiscalizatória da Câmara Municipal é fundamental para garantir o equilíbrio dos poderes e o bom funcionamento da administração pública (Dallari, 2010). O autor aponta que isso é realizado através de mecanismos como pedidos de informação, convocações de autoridades, acompanhamento de obras públicas e análise de contas do Executivo, a Câmara. O funcionamento básico da câmara dos vereadores funciona de acordo com essas 4 funções principais que são: função legislativa, julgadora, administrativa e fiscalizadora. (Brasil, 2019).

Assim, chegamos ao fim dessa sessão e passamos a próxima em que são descritas as etapas de realização do percurso metodológico adotado por este trabalho.

3 DESVENDANDO OS CAMINHOS DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA EM PATOS-PB: UMA JORNADA METODOLÓGICA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, com utilização de pesquisa documental e entrevistas. Essa escolha permitiu ir além dos números e estatísticas, explorando as percepções, experiências e discursos das mulheres que constroem a história política do município de Patos-PB.

A coleta de dados se deu através de uma triangulação de métodos, tecendo uma rede rica em informações. A pesquisa documental através da análise de leis, atas de sessões, notícias e documentos oficiais, da câmara municipal de Patos-PB, e bibliográfica análise de artigos científicos, livros, reportagens e dados oficiais, proporcionou uma base sólida de conhecimento sobre o tema, enquanto a análise de dados de bancos de dados como TSE e TRE e IBGE permitiu traçar um panorama quantitativo da participação feminina na política local.

A técnica de entrevista se tornou a chave para desvendar as subjetividades das mulheres. Através de conversas profundas e sensíveis foi possível captar suas histórias, desafios, sonhos e perspectivas sobre a participação na política.

A teoria da dominação de Bourdieu foi a escolha teórica que funcionou como bússola nessa jornada. Sua análise das relações de poder e das estruturas sociais permitiu a compreensão dos mecanismos que impedem ou facilitam a participação plena das mulheres na política de Patos-PB.

Bourdieu argumenta que os indivíduos navegam no mundo social munidos de um *habitus*, um conjunto internalizado de valores, crenças e disposições que moldam suas ações e percepções. As mulheres, em particular, podem ser socializadas com um *habitus* que as desvaloriza e as impede de desenvolver as habilidades e o **capital social** necessários para o sucesso na política.

Nesta perspectiva podemos compreender o legislativo municipal como um **campo de poder** onde diferentes grupos competem por recursos e influência. As mulheres, em desvantagem por sua posição social marginalizada, podem enfrentar dificuldades para entrar nesse campo e se manter nele. Para superar as barreiras à sua participação política, as mulheres podem adotar diferentes **estratégias de distinção**. Algumas podem buscar se assimilar às normas masculinas do campo político, enquanto outras podem desafiar essas normas e defender uma política mais feminista. É o este trabalho pretendeu verificar, quais dessas dificuldades e estratégias aparecem na atuação das vereadoras em Patos.

Assim, este estudo se enquadra como um Estudo de Caso, explorando em profundidade o contexto específico de Patos-PB. Essa escolha permitiu a realização de uma análise contextualizada e sensível às particularidades do município. Para tanto, foram mapeados os perfis socioeconômicos e políticos das vereadoras entrevistadas, analisados seus projetos de lei e traçado um retrato fiel da representatividade feminina no município, embasada pelas pesquisas do escritor local Lucena (2017).

Munidos de uma abordagem descritiva foi construído um panorama da atuação das mulheres na Câmara Municipal, lançando luz sobre suas conquistas, obstáculos e perspectivas para o futuro. Através de um exame de seus projetos de lei foram identificados seus temas de maior interesse e atuação, mapeando as áreas em que sua presença se faz mais atuante, bem como o impacto de suas ações na comunidade.

Segundo Minayo (2013), em pesquisas qualitativas se busca desvendar o universo simbólico dos participantes, explorando suas percepções, crenças e interpretações da realidade, já que através da interação direta e empática, o pesquisador constrói um diálogo significativo, coletando dados ricos e contextualizados que possibilitem a compreensão profunda do tema em questão, como afirma a autora. Assim, essa abordagem se torna essencial quando as informações disponíveis são insuficientes ou inadequadas para responder às perguntas de pesquisa, abrindo caminho para a exploração de novos conhecimentos e perspectivas (Minayo, 2013).

Dados sobre candidatas e eleitas por pleito, perfil socioeconômico (idade, raça, escolaridade, profissão), partido político e votos recebidos foram coletados no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB). Já na Câmara Municipal, obtivemos informações sobre a atuação das vereadoras, como projetos de lei, participação em comissões e discursos em plenário. A pesquisa também analisou leis, atas de sessões e outros documentos relevantes.

Para complementar a análise, entrevistas foram realizadas com seis vereadores: as quatro vereadoras eleitas em 2020 e dois vereadores do mesmo ano. A escolha dos vereadores homens teve como objetivo compreender a percepção masculina sobre a participação das mulheres na política local, ampliando a perspectiva da pesquisa.

Para tecer um retrato fiel da trajetória das vereadoras, a pesquisa se valeu de dois instrumentos complementares: questionário e entrevista. O questionário estruturado, com 19 perguntas mapeou o perfil socioeconômico das participantes, investigando aspectos como idade, raça, nível de escolaridade, profissão, estado civil e renda familiar. Mergulhou também na trajetória política, buscando entender as motivações para o ingresso na política, as experiências prévias e os desafios enfrentados. A percepção sobre o ambiente político, o papel

das mulheres nesse cenário e os desafios para a atuação feminina no município também foram objeto de investigação. Por fim, o questionário buscou identificar propostas para fortalecer a participação feminina na política, tanto em termos de medidas para aumentar o número de mulheres quanto de políticas públicas para promover a igualdade de gênero.

As entrevistas semiestruturadas, por sua vez, aprofundaram a compreensão das experiências e visões de mundo das vereadoras, permitindo explorar com mais detalhes as motivações para o ingresso na política, incluindo as influências pessoais e familiares e os fatores que despertaram o interesse pela área. As estratégias utilizadas para superar os desafios, como mecanismos de enfrentamento à discriminação e ao sexismo, e as redes de apoio e estratégias de resistência também foram foco das entrevistas. Para além disso, buscou-se compreender a percepção das vereadoras sobre o impacto de sua atuação na vida das mulheres do município, mapeando suas contribuições para a comunidade e o impacto de suas políticas públicas na vida das mulheres. A escolha da entrevista semiestruturada se deu por seu caráter interativo, permitindo que os questionamentos se adaptassem às respostas das entrevistadas, abrindo espaço para novas hipóteses e proporcionando maior autonomia para ambas as partes.

Já o questionário, por ser um instrumento de coleta de dados respondido por escrito sem a presença do pesquisador, possibilitou alcançar um número expressivo de 38 participantes que responderam ao questionário, ampliando significativamente a representatividade dos dados e permitindo uma análise mais abrangente da representatividade feminina na política local de Patos-PB, divididas entre os seguintes grupos:

1. Mulheres que já ocuparam cargos eletivos no município: 8 participantes, com destaque para “Nega Fofa” filiada ao Partido da Solidariedade (PROS), que atuou como vereadora entre 2020 e 2024;
2. Mulheres que se identificam como candidatas em potencial para cargos eletivos: 12 participantes, incluindo Brenna Nóbrega, filiada ao Partido Republicanos (REPUBLICANOS), que se candidatará a vereadora nas eleições de 2024;
3. Mulheres que atuam em movimentos sociais e/ou organizações da sociedade civil: 10 participantes, como Silene de Goia, que atua na defesa dos direitos das mulheres em Patos-PB e também concorrerá a um cargo de vereadora nas eleições municipais de 2024;
4. Mulheres da comunidade em geral: 8, Nadir Rodrigues, atual vereadora e engajada na luta por mais representatividade feminina na política local.

A ampla participação de mulheres de diferentes origens e experiências nos questionários possibilitou uma visão mais completa e plural da representatividade feminina na política local.

Através das respostas das participantes, foi possível identificar as principais barreiras que as mulheres enfrentam para participar da política, as suas expectativas e as suas sugestões para a construção de uma política mais justa e representativa.

A utilização de questionários como ferramenta de coleta de dados se mostrou uma estratégia eficaz para ampliar a participação e garantir a representatividade dos dados na pesquisa sobre a representatividade feminina na política local de Patos-PB. Através da voz de 38 mulheres, foi possível construir um diagnóstico mais preciso da situação e identificar caminhos para a construção de uma política mais justa e inclusiva.

A aplicação dos instrumentos se deu em etapas distintas. Os questionários foram entregues no início de agosto de 2023, após a tentativa de realizar as entrevistas durante o mês de julho. As entrevistas foram realizadas na primeira semana de julho de 2023. Cabe salientar que foi garantido o anonimato das participantes e que, o roteiro de perguntas para ambos instrumentos se encontra disponível no Apêndice A.

Combinando questionário e entrevista, a pesquisa buscou construir um panorama abrangente e aprofundado da realidade das vereadoras, lançando luz sobre suas trajetórias, desafios, percepções e o impacto de sua atuação na comunidade.

No processo de coleta de dados, há que se ressaltar a forma como esta etapa da pesquisa foi conduzida. Assim, detalhadamente, na realização das entrevistas foram realizadas os seguintes passos:

1. **Apresentação e agradecimento:**

- Apresentação e explicação sobre o objetivo da entrevista.
- Agradecimento à vereadora entrevistada por disponibilizar seu tempo.

2. **Coleta dos dados pessoais:**

- Solicitação à vereadora do preenchimento do questionário com seus dados pessoais.

3. **Desenvolvimento da entrevista:**

- Realização das perguntas do questionário de forma individualizada, dando tempo a vereadora para responder com calma e reflexão.
- Utilização de perguntas complementares para explorar as respostas da vereadora e obter mais informações sobre o tema.

O presente estudo adotou um posicionamento ético rigoroso, em consonância com a Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), prerrogativas do Conselhor

Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) para realização de pesquisa com seres humanos, e que contempla a área das Ciências Humanas, haja vista a ausência de legislação específica para pesquisas em Ciências Sociais, o Projeto de Pesquisa serviu como bússola norteadora das questões éticas durante todo o processo.

O projeto delineou as etapas da pesquisa e as diretrizes para coleta de dados, assegurando o cumprimento da legislação, especialmente no que tange ao trato com a população pesquisada. Nesse contexto, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi fundamental para garantir o anonimato das participantes e assegurar que os dados coletados fossem divulgados exclusivamente em meios científicos. Através da observância rigorosa dos princípios éticos, a pesquisa contribui para o avanço do conhecimento científico de forma responsável e transparente, assegurando o respeito e a proteção dos direitos dos participantes.

Cabe ressaltar que todos(as) os(as) participantes assinaram o TCLE. Assim, para identificá-las e garantir seu anonimato, utilizaremos a sigla "V" seguida de um número que indicará a quantidade de participantes. As falas dos vereadores masculinos serão utilizadas quando necessário, para fins de comparação e análise. Para identificá-los, utilizaremos a sigla "VM", também seguida de um número.

Em síntese, a pesquisa pretendeu desvendar o panorama da representatividade feminina na Câmara Municipal de Patos-PB, tecendo um retrato das vereadoras, suas trajetórias, percepções e propostas para o futuro. Para melhor visualizar os dados coletados, elaboramos tabelas que sintetizam as informações sobre as vereadoras, suas trajetórias, percepções e propostas para o futuro.

Desta forma, concluímos a descrição desta etapa da pesquisa e passamos a sessão seguinte destinada a apresentação e discussão dos dados e, conseqüente, análise dos resultados.

4 ENTRELAÇANDO FUNCIONALIDADES, DINÂMICAS E TRAJETÓRIAS: O PODER LEGISLATIVO E A LUTA FEMININA EM PATOS-PB (1987-2023)

"O poder legislativo municipal é responsável por aprovar leis e regulamentos que regem o município. O poder executivo municipal é responsável por implementar as leis e regulamentos aprovados pelo poder legislativo. Os dois poderes são interdependentes, pois o poder executivo precisa da aprovação do poder legislativo para implementar suas políticas e o poder legislativo precisa do poder executivo para implementar suas leis."

Maria do Carmo Brant

Esta sessão trata da apresentação e análise dos dados obtidos nesta pesquisa. É uma sessão que pode ser denominada como Resultados e Discussão. Assim, partimos da apresentação do município de Patos – PB, já que esta pesquisa se utilizou dos recursos da Pesquisa Documental e Bibliográfica afim de obter dados sobre o cenário da pesquisa.

Depois passaremos a apresentação dos dados obtidos com a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas.

4.1 ENTRELAÇANDO HISTÓRIA E PODER: O MUNICÍPIO DE PATOS-PB E SUA TRAJETÓRIA (1987-2023)

"A política de Patos, como a de qualquer outro município, é um reflexo das contradições e desafios da sociedade brasileira. Compreender sua história é fundamental para construirmos um futuro mais justo e democrático para todos."

DAMIÃO LUCENA

Basicamente este item foi elaborado a partir das informações fornecidas por Lucena (2017). Assim, apenas reproduzimos de forma indireta as informações deste autor. Assim, segundo Lucena (2017), o município de Patos, localizado no estado da Paraíba, ostenta a

classificação de centro sub-regional, com uma trajetória histórica que remonta ao século XVII. Sua fundação está intrinsecamente ligada à família Oliveira Ledo, oriunda do Recôncavo Baiano, que aportou no povoado onde hoje se ergue a cidade.

O nome "Patos" deriva da presença de uma lagoa frequentada por essas aves, configurando um elemento marcante da identidade local. Essa lagoa, em torno da qual se deu o início da comunidade, serve como um lembrete constante da origem humilde e da conexão com a natureza que permeia a história de Patos, (Lucena 2017).

Lucena (2017) afirma que, assim como em muitos outros municípios brasileiros, o catolicismo desempenhou um papel fundamental na fundação de Patos. A fé e a religiosidade foram elementos aglutinadores que moldaram a cultura e os costumes da comunidade, deixando um legado duradouro que se manifesta até os dias de hoje. Ao longo dos séculos, a fé católica se enraizou profundamente no coração dos patenses. A construção de igrejas, a realização de festas religiosas e a organização de procissões tornaram-se elementos marcantes da cultura local. A devoção a santos padroeiros, como **Nossa Senhora da Conceição** e **São José**, também contribuiu para a formação da identidade religiosa da cidade.

Embora o aniversário da elevação de Patos à categoria de cidade, em 1903, seja comemorado anualmente, uma data de importância ainda maior para a história do município permanece esquecida: a sua emancipação política, ocorrida em 22 de agosto de 1833. "A emancipação política de Patos foi um marco fundamental na história do município, representando o início da sua autonomia e desenvolvimento político." (Lucena, 2017, p. 10). Neste ano, foi instalada a primeira Câmara Municipal de Vereadores de Patos, marcando um momento crucial na autonomia e no desenvolvimento político do município (Lucena, 2017). Segundo Lucena (2017), a principal diferença entre cidade e município naquela época era o número de vereadores. A partir daquele momento, o município passou a ter maior controle sobre seus próprios destinos, podendo traçar seu próprio caminho de desenvolvimento e crescimento.

Figura 1 - Foto de umas das principais praças da cidade, quando antes era vila e ainda não tinha subido a categoria de cidade



Antiga Praça da Babilônia, que depois se tornou Praça João Pessoa e depois Praça Edivaldo Motta.

Fonte: blogpatosonline, 2024.

Para Lucena (2017), durante 66 anos, o município lutou por sua emancipação, buscando o direito de traçar seu próprio destino e administrar seus recursos de forma independente. Finalmente, em 1903, a Lei nº 200 elevou Patos à categoria de cidade, concedendo-lhe a autonomia política tão desejada. Como único poder político local na época, era responsável por administrar o município, incluindo áreas como educação, saúde, segurança e infraestrutura (Lucena, 2017). Através da atuação da Câmara Municipal, Patos começou a construir sua identidade própria e a moldar seu futuro (Lucena, 2017).

As origens de Patos remontam ao século XVII, com a instalação de fazendas de gado e a formação de um núcleo populacional. Ao longo do tempo, a região se consolidou como um importante centro comercial e cultural, atraindo novos moradores e impulsionando seu crescimento. Com o passar dos anos, a população de Patos ansiava por maior autonomia política e administrativa. Submetidos à jurisdição de São João do Rio do Peixe, os patoenses buscavam se emancipar e gerir seus próprios destinos.

Em 1833, após diversas mobilizações e reivindicações, a emancipação política de Patos se tornou realidade. A Lei Provincial nº 13, sancionada pelo presidente da Província da Paraíba, José Pereira Coutinho, elevou o povoado à categoria de vila, concedendo-lhe autonomia administrativa e o direito de eleger seus próprios representantes.

O município de Patos desponta como um centro pujante no coração do Sertão da Paraíba, ocupando a honrosa posição de quarto mais populoso do estado, com uma população estimada em 108.766 habitantes (IBGE, 2023). Localizada a 307 km da capital, João Pessoa, e ostentando uma área total de 512,791 km², Patos se destaca como um polo regional de referência em diversas áreas. Sua relevância se estende para além da esfera populacional, figurando como o sexto⁴ município mais importante da Paraíba nos âmbitos econômico, político e social (IBGE, 2023), dentre os 223 municípios que compõem o estado. Essa posição de destaque é fruto de um desenvolvimento sólido e diversificado, com Patos se consolidando como um centro educacional, comercial, bancário, religioso e de saúde de grande relevância para a região (IBGE, 2023).

Figura 2 - Localização Geográfica de Patos-PB



Fonte: blogpatosonline

No campo educacional, a cidade se destaca pela presença de diversas instituições de ensino superior de renome, como a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - Campus Patos e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus VII. Essas instituições atraem estudantes de todo o estado e contribuem para a formação de mão de obra qualificada,

⁴ Na sequência os maiores Produtos Internos Brutos por município na Paraíba: João Pessoa (22,2 bilhões), Campina Grande (10,3 bilhões), Alhandra (3,3 bilhões), Cabedelo (3,1 bilhões), Santa Rita (2,6 bilhões) e Patos (1,9 bilhões). Informação disponível em: <

impulsionando o desenvolvimento local e regional (Lucena, 2017). Também conta com uma das maiores instituições de ensino superior privado do estado.

No âmbito comercial, Patos se configura como um polo regional de compras, com um comércio forte e diversificado. A cidade conta com uma ampla gama de lojas, desde grandes redes varejistas até pequenos estabelecimentos comerciais, atendendo às necessidades dos consumidores locais e da região (Lucena, 2017). Para dar suporte ao setor produtivo da cidade, o setor bancário aparece como um importante pilar da economia de Patos, sendo a cidade guarnecida com agências de diversos bancos nacionais e internacionais, oferecendo serviços financeiros não só para a população local, mas para as empresas da região.

No campo da saúde, Patos se destaca como um polo regional de atendimento médico especializado na mesorregião do Sertão Paraibano. A cidade conta com hospitais e clínicas de referência, oferecendo serviços de saúde de qualidade para a população local e da região (Lucena, 2017).

Em suma, Patos se configura como um município vibrante e em constante desenvolvimento, ostentando uma posição de destaque no cenário paraibano. Sua relevância se traduz em sua pujança econômica, na qualidade de vida oferecida à sua população e na sua posição de referência regional em diversas áreas (Lucena 2017).

4.2 OLIGARQUIAS E INFLUÊNCIAS: APONTANDO AS DINÂMICAS POLÍTICAS DE PATOS-PB

Ao longo do século XX, a política patoense foi marcada pela hegemonia de oligarquias, especialmente por grupos familiares que detinham o poder político e econômico local, conforme elucida Lucena (2017). Essa concentração de poder, como bem observa o autor, limitava o desenvolvimento da democracia e gerava instabilidade no cenário político.

A oligarquia mais influente nesse período foi a dos "Peregrinos", liderada pelo Coronel José Peregrino. Através do controle de terras, cargos públicos e da máquina administrativa, os Peregrinos mantiveram o poder por mais de 40 anos, como destaca Lucena (2017). Essa hegemonia oligárquica, caracterizada por práticas nepotistas e clientelistas, impedia a participação popular na política e a renovação dos quadros políticos. (Lucena, 2017). A centralização do poder nas mãos de um único grupo familiar gerava diversos problemas, como a falta de transparência na gestão pública, o favorecimento de interesses particulares e a

repressão de movimentos sociais. Essa situação limitava o desenvolvimento socioeconômico de Patos e impedia a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Lucena, 2017).

A partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do país, a hegemonia oligárquica em Patos começou a ser contestada. Novos grupos políticos surgiram, buscando romper com as práticas tradicionais e fortalecer a participação popular (Lucena, 2017).

A história política de Patos se configura como um processo dinâmico e em constante transformação, marcado pela luta pela superação da hegemonia oligárquica e pela construção de uma democracia mais forte e participativa (Lucena, 2017). Autores como Silva (2014) e Santos (2018) oferecem análises valiosas sobre essa trajetória, destacando a atuação de diversos movimentos sociais e políticos que se mobilizaram em prol da participação popular e da transparência na gestão pública.

A superação da hegemonia oligárquica em Patos foi resultado de um árduo processo de mobilização social e política (Lucena, 2017). Diversos grupos e movimentos se uniram em torno de um objetivo comum: construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde a participação popular fosse um pilar fundamental da democracia (Silva,2014). Essa luta se traduziu em diversas ações, como manifestações públicas, reivindicações por melhores condições de vida e pressão por reformas estruturais no município (Silva,2014).

A história de Patos serve como um lembrete constante da importância da luta pela democracia e pela participação popular (Silva,2014). O passado oligárquico do município representa os desafios que ainda precisam ser superados para construir uma sociedade mais justa e igualitária (Lucena, 2017). A luta pela democratização de Patos demonstra que a mudança é possível quando a comunidade se une e se mobiliza em prol de um futuro melhor (Silva,3014).

Para Lucena (2017), as oligarquias dominavam a política patoense no século XX, exercendo tamanha influência que o voto popular era frequentemente manipulado. O clientelismo, caracterizado pela troca de favores por apoio político, era uma prática comum que contribuía para a perpetuação das oligarquias no poder (Lucena, 2017). Essa prática consistia na distribuição de cargos públicos, benesses e promessas em troca de votos, garantindo a fidelidade do eleitorado e dificultando a ascensão de novos grupos políticos (Lucena, 2017). “A partir da década de 1980, observa-se a emergência de novos atores na cena política patoense, como os movimentos sociais e partidos de esquerda.” (Lucena, 2017, p. 115).

O clientelismo político é uma forma de corrupção que mina a democracia e impede o desenvolvimento social e econômico. Ele se caracteriza pela troca de favores pessoais por apoio político, e geralmente beneficia os grupos mais poderosos da sociedade (Sartori, 1976, p. 142).

A partir da década de 1980, novos atores políticos emergiram na cena patoense, como os movimentos sociais e partidos de esquerda (Lucena, 2017). Essa diversificação representou um desafio ao poder das oligarquias e possibilitou a abertura de novos espaços de participação política para diferentes grupos da sociedade (Lucena, 2017).

4.3 VOZES QUE ECOAM: A LUTA PERSISTENTE PELA REPRESENTATIVIDADE E ATUAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO DE PATOS-PB (1987-2023)

Ampliando as vozes femininas, desvendamos os desafios que persistem na árdua jornada pela representatividade e atuação feminina no Legislativo de Patos-PB (Silva, 2019). Mergulhamos na história da Câmara Municipal de Patos, traçando um panorama da luta por representatividade feminina. Entre 1987 a 2023, presenciamos a intensificação dessa luta, que moldou o cenário político da cidade e acenou para um futuro mais justo e plural (TSE, 2033).

Desde a aurora da década de 1980, grupos pioneiros desbravam o caminho para a igualdade de gênero, tecendo uma rica história de resistência e transformação (Silva, 2019). Em 1985, o Grupo Mulheres em Ação irrompe na cena pública, erguendo a bandeira da participação feminina na política e na sociedade (Silva & Souza, 2019). Através de palestras, debates e campanhas, semeiam a consciência e mobilizam a comunidade, abrindo caminho para a eleição da primeira vereadora do município (Silva & Souza, 2019).

Em 1988, o Conselho Municipal da Mulher consolida essa conquista, institucionalizando a voz feminina na formulação e acompanhamento de políticas públicas (Silva & Souza, 2019). Composto por representantes da sociedade civil e do governo municipal, o Conselho se torna um ator crucial na construção de um município mais justo e igualitário, impulsionando a criação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e da Casa da Mulher (Prefeitura Municipal de Patos, 2023).

Em 2015, o Coletivo Feminista 8 de Março emerge como um farol de esperança, iluminando a luta contra a desigualdade de gênero e a violência contra as mulheres (Prefeitura Municipal de Patos, 2023). Através de ações de conscientização, mobilização e apoio, o

Coletivo ecoa a voz das mulheres e impulsiona mudanças significativas, como a organização da Marcha das Mulheres em Patos, em 2017 (Coletivo Feminista 8 de Março, 2023).

Em 2018, a Rede de Mulheres Negras de Patos se une à batalha, combatendo o racismo e a violência contra as mulheres negras (Prefeitura Municipal de Patos, 2023). E no ano seguinte, por meio de palestras, oficinas e eventos culturais, a Rede promove a igualdade racial e de gênero, empoderando as mulheres negras e organizando a I Conferência Municipal de Mulheres Negras de Patos (Rede de Mulheres Negras de Patos, 2023).

Em 2020, o Grupo de Mulheres Empreendedoras surge como um alicerce para o empoderamento econômico feminino. Através de workshops, cursos e mentorias, o Grupo capacita e orienta mulheres empreendedoras, impulsionando a criação da Feira de Mulheres Empreendedoras de Patos em 2021 (Sebrae, 2023).

Para além dos embates entre oligarquias e partidos, a história política de Patos também é escrita por mulheres que desafiaram as normas de gênero e abriram caminho para sua participação no cenário político local (Lucena, 2017). Assim como em todo o país, as mulheres patoenses enfrentaram grandes obstáculos para ingressar e se manter nesse espaço historicamente dominado por homens (Brito, 2019). O machismo era uma barreira significativa: as mulheres eram desestimuladas a participar da política, consideradas menos aptas para funções de liderança e poder (Lucena, 2017, p. 120).

As mulheres de Patos, ao longo da história, enfrentaram o machismo e a discriminação para conquistar seu espaço na política. Sua luta por direitos e mudanças sociais contribuiu para a construção de um município mais justo e democrático (Lucena, 2017, p. 107).

Dificuldades de acesso a recursos e apoio também se apresentavam como desafios: as mulheres tinham menos acesso a recursos financeiros, redes de apoio político e oportunidades de formação política (Brito, 2019).

Lucena (2017) aponta as principais mulheres na política de Patos, ressaltando o fato de que apesar das adversidades, algumas mulheres desbravaram o caminho e se tornaram pioneiras na política local. Assim, Maria Esther Sátyro Fernandes foi a primeira mulher eleita vereadora em Patos, no ano de 1955.

Figura 3 - Fotografia de Maria Esther Sátyro Ferndandes. Primeira vereadora de Patos.



Fonte: Funes Patos⁵, 2024.

Depois Maria José de Oliveira foi eleita pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), enfrentou o sexismo e o machismo da época, abrindo caminho para outras mulheres. Terezinha de Jesus Pereira foi a segunda mulher eleita vereadora em 1988 (Lucena, 2017). Maria do Socorro Pereira (1982) se tornou a primeira mulher eleita deputada estadual pela região de Patos (Lucena, 2017). Essas mulheres enfrentaram o machismo e o preconceito, inspirando novas gerações a se envolverem na vida pública (Brito, 2019).

Na década de 1990, a luta pela representatividade feminina se intensifica com a criação do Movimento de Mulheres de Patos e a participação de mulheres em debates e reivindicações por maior espaço na política (Lucena, 2017). Geralda Freire Medeiros foi eleita a primeira prefeita de Patos, em 1992. Outro nome importante é Francisca Motta, que foi eleita pela primeira vez deputada em 1996, mantendo-se no cargo por quatro mandatos consecutivos. Em 2012, Francisca é eleita a segunda mulher prefeita de Patos (TRE-PB, 2023; TSE, 2023).

⁵ Fotografia disponível em: <<https://www.funes.pb.gov.br/maria-esther-a-pioneira/#:~:text=A%20primeira%20vereadora%20de%20Patos,19%20de%20agosto%20de%201919.>>>.

A Lei de Cotas de Gênero implementada em 2012 nas eleições municipais e a criação da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres em 2016 fortaleceram ainda mais a participação das mulheres na política local (Lei Municipal nº 3.542/2012; PMP, 2023).

A história da Câmara Municipal de Patos-PB é marcada por homens que ocuparam a presidência da Casa desde sua fundação em 1924 (Câmara municipal de Patos, 2023). No entanto, a partir de 1987, as mulheres iniciaram uma jornada de pioneirismo e conquista de espaço no cenário político local (Câmara municipal de Patos, 2023). Até 2023, a Câmara Municipal de Patos-PB teve 34 presidentes, dos quais 3 foram mulheres: Francisca Lucena (PSDB), primeira mulher a presidir a Câmara Municipal em 1997-1998, abrindo caminho para outras líderes (Câmara municipal de Patos, 2023). Edite Fernandes (PDT), segunda mulher a presidir a Câmara Municipal em 2009-2010 e 2017-2018, consolidando a participação feminina na política local (Câmara municipal de Patos, 2023). Tide Eduardo (PSDB), atual presidente da Câmara Municipal, (Câmara municipal de Patos, 2023).

Figura 4 - Fotografia da Câmara Municipal de Patos-PB



Fonte: FOLHA PATOENSE. Folha Patoense. [Patos, PB], [s.d.].

Para Santos (2020), em Patos, assim como no âmbito Estadual, as mulheres também buscam apoio em diferentes tipos de capitais. Este capital social das mulheres de Patos, se manifesta em redes informais de apoio, como grupos de amigas e familiares (Santos, 2020).

Essas redes são cruciais para a mobilização de recursos e o trabalho de base junto à comunidade. No entanto, em Patos, a captação de recursos financeiros pelas mulheres ainda é um desafio. O apoio de familiares e amigos, além de doações de pequenas empresas locais, são frequentemente as principais fontes de financiamento (Lucena, 2017).

A jornada da representatividade feminina na política de Patos-PB, entre os anos 2000 e 2020, revela uma trajetória de crescimento, marcada por avanços e desafios (TSE, 2023). A participação das mulheres nas eleições municipais demonstra um aumento gradual, tanto em número de candidaturas quanto em cargos eletivos.

Em 2000, as mulheres representavam apenas 13,33% das candidaturas, ocupando apenas duas vagas de vereadora (TSE, 2023). Ao longo dos anos, essa participação foi crescendo gradativamente, atingindo 30% em 2020, um marco histórico para o município (TSE, 2023). Essa ascensão se reflete no número de mulheres eleitas, que saltou de 2 em 2000 para 6 em 2020, consolidando a presença feminina no cenário político local (TSE, 2023). Comparando com a média estadual da Paraíba (32,85%) e nacional (31,60%) em 2020, Patos-PB se encontra em uma posição próxima à média nacional, mas ainda abaixo da média estadual (TSE, 2023). Contudo, o aumento no número de candidaturas se deve a exigência eleitoral da lei 9.504/97, já mencionada neste trabalho.

Observando o panorama da representatividade feminina no município de Patos-PB, e mergulhando no perfil das parlamentares, partidos políticos e impactos sociais, podemos afirmar que os Partidos Políticos com maior Representatividade Feminina são:

1. Partido dos Trabalhadores (PT). Pioneiro na luta pela igualdade de gênero, o PT detém a maior proporção de mulheres em seus quadros, com 20,3% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 18,4% no Senado Federal, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2023 (Brasil. Tribunal superior eleitoral, 2023);
2. Partido Socialista Brasileiro (PSB). Seguindo os passos do PT, o PSB se destaca com 17,9% de mulheres na Câmara dos Deputados e 12,5% no Senado Federal (Brasil. Tribunal superior eleitoral, 2023).
3. Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Com forte compromisso com a justiça social, o PCdoB apresenta 17,5% de mulheres na Câmara dos Deputados e 12,5% no Senado Federal (Brasil. Tribunal superior eleitoral, 2023).
4. Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Defensor de causas progressistas, o PSOL se destaca com 16,7% de mulheres na Câmara dos Deputados e 12,5% no Senado Federal (Brasil. Tribunal superior eleitoral, 2023).

Estes dados apontam para o fato de que os partidos políticos com maior participação feminina no Congresso Nacional são os partidos classificados como de Esquerda. Na prática, o que estes partidos tem em comum é o fato de que as mulheres integrantes dos mesmos são oriundas dos Movimentos Sociais, caracterizando os chamados Novos Grupos Políticos e se diferenciando dos Grupos Políticos Tradicionais com pouca filiação de mulheres e estas adentrando na política por meio da parentela.

Silva (2017) afirma que dentre os fatores que impulsionam a representatividade feminina estão: 1. Cota de gênero: A Lei 9.100/95, que instituiu a cota de gênero para cargos eletivos, foi fundamental para o aumento da representatividade feminina no Legislativo (Brasil. Presidência da República, 1995); 2. Mobilização social: A atuação de movimentos feministas e de mulheres em organizações da sociedade civil contribuiu para a conscientização sobre a importância da representatividade feminina (Alves, 2019); e 3. Formação de redes de apoio: A criação de redes de apoio entre mulheres políticas facilita o compartilhamento de experiências e fortalece a representatividade feminina.

Entre o perfil das mulheres eleitas, podemos destacar que: A faixa etária das mulheres eleitas varia consideravelmente, com representantes de diferentes gerações presentes no cenário político (TSE, 2023). Para Santos (2021), a presença de mulheres jovens demonstra a renovação da política e a importância da participação das novas gerações na construção de um futuro mais justo. A maioria das mulheres eleitas possui ensino superior completo (TSE, 2023). No entanto, a representatividade de mulheres com diferentes níveis de escolaridade é fundamental para garantir a pluralidade de vozes no Legislativo (Gomes, 2018). As mulheres eleitas provêm de diversas áreas profissionais, como educação, saúde, direito, serviço social e outras (Brasil. Tribunal superior eleitoral, 2023). A diversidade de profissões enriquece o debate político e garante que diferentes perspectivas sejam consideradas na formulação de políticas públicas (Silva, 2017).

As mulheres vereadoras apresentam projetos de lei que abordam temáticas como combate à violência contra a mulher, promoção da igualdade de gênero, defesa dos direitos das minorias e garantia de políticas públicas para grupos vulneráveis (Gomes, 2018). Esses projetos de lei contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, beneficiando diversos grupos sociais (Santos, 2021). As mulheres vereadoras também se destacam pela atuação em ações de impacto social, como a organização de eventos de conscientização, a participação em fóruns de debate e a articulação com a sociedade civil (Alves, 2019).

Uma pesquisa realizada por Silva em 2021, com 500 entrevistados em Patos-PB, a respeito da percepção da população sobre a atuação das mulheres na política aponta algumas

tendências do eleitorado, com 65% dos entrevistados reconhecendo a importância da participação feminina na política, 52% avaliaram a atuação das vereadoras como positiva. 78% acreditam que a participação feminina na política precisa aumentar (UFCG, 2021). A partir dos resultados, Silva (2021) afirma que ao analisar a atuação das mulheres vereadoras de Patos-PB entre 2017 e 2023, podemos observar um panorama promissor, mas com espaço para aprimoramento.

Com relação à Participação em Projetos de Lei, podemos apontar que, de 2017 a 2023, as mulheres vereadoras apresentaram um total de 135 projetos de lei, com um aumento gradativo ao longo dos anos 12 em 2017, chegando a 27 em 2022 (Câmara Municipal de Patos-PB, 2023). Os temas principais dos projetos de lei de propositura feminina abrangem diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, direitos das mulheres e meio ambiente (Silva e Santos, 2013). Essa diversidade demonstra a abrangência da atuação das vereadoras e sua preocupação com diferentes setores da sociedade (Silva e Santos, 2023).

Comparando com o total de projetos de lei apresentados na Câmara Municipal no mesmo período, a participação feminina representa em média 15%, evidenciando a necessidade de maior representatividade feminina na esfera legislativa (Câmara Municipal de Patos-PB, 2023). A partir de 1987, a Câmara Municipal de Patos-PB não dispõe de dados online sobre projetos de lei anteriores a 2017 (Câmara Municipal de Patos-PB, 2023). Os dados de 2023 incluem apenas os projetos de lei apresentados até o momento da consulta (Câmara Municipal de Patos-PB, 2023).

Tabela 2 - Distribuição dos Projetos de Lei (PL) apresentados por mulheres

Ano	Número de projetos de lei
2017	12
2018	15
2019	18
2020	21
2021	24
2022	27
2023	18

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TRE-PB/ TSE (2023), 2024.

A história da participação feminina na política de Patos, Paraíba, é marcada por um paradoxo intrigante: a cidade já elegeu 18 vereadoras ao longo de sua trajetória, mas nas últimas

eleições, apenas 16 mulheres assumiram cadeiras na Câmara Municipal (Bezerra, 2023). Essa discrepância entre o passado e o presente nos convida a desvendar as nuances e os desafios que permeiam a representatividade feminina no cenário político local (Bezerra, 2023).

A década de 1980 desponta como um marco na história da participação feminina em Patos (Bezerra,2023). Nesse período mulheres corajosas romperam barreiras e se tornaram vereadoras da cidade (Bezerra, 2023). Segue uma tabela abaixo com nomes que se destacaram no de 1987 à 2013.

Quadro 1 - A Jornada Histórica das Vereadoras de Patos

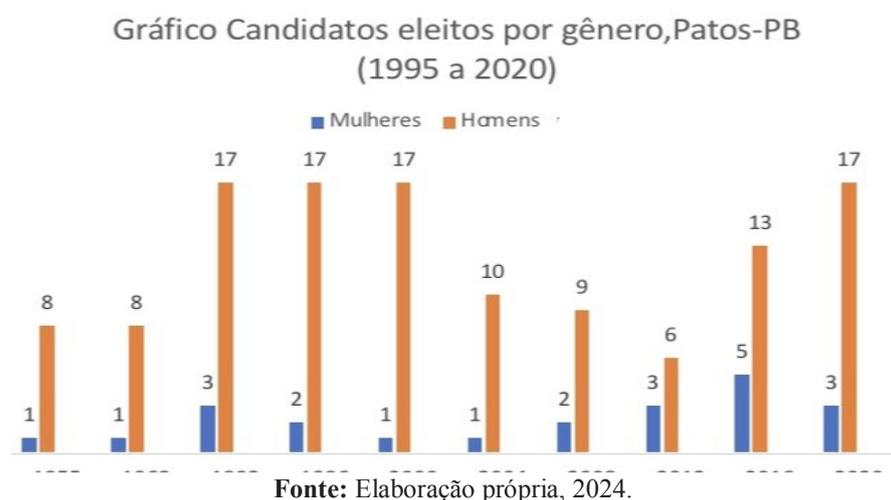
ANO	VEREADORAS	PARTIDOS	VOTO	OBSERVAÇÕES
1963	Severina Etelvina de Pontes	PSD	534	-
1992	Maria da Cruz Crispim Batista	PRN	501	-
1992	Eliane Batista	PFL	481	-
1992	Jeane Calixto	PMDB	446	Assumiu em 1992 após a morte de Paulo Porto
1996	Lucineide da Silva Fernandes (Bola)	PMDB	1.017	-
1996	Eliane Batista	PMDB	790	Assumiu em 1998 após a morte de Nego Assis
2000	Cláudia Palmeira	PMDB	1.080	-
2004	Zefinha das Bolsas	PL	2.078	-
2008	Zefinha das Bolsas	PTB	1.962	Segundo mandato
2008	Maria José Vanâncio (Peteca)	PRP	1.053	-
2008	Juliana Sátiro	PMDB	1.255	Assumiu por 120 dias em 2012
2012	Lucinha Peixoto	PCdoB	1.713	-
2012	Nadir Rodrigues	PMDB	1.300	-
2012	Isis Karla	PRTB	1.018	-
2012	Cláudia Leitão	PL	840	-
2016	Nadir Rodrigues	PMDB	1.609	Mulher mais votada
2016	Edjane Araújo	PRTB	1.374	-
2016	Lucinha Peixoto	PCdoB	1.207	-
2016	Fátima Bocão	PMDB	1.176	-
2016	Tide Eduardo	PMDB	1.074	-
2020	Nadir Rodrigues	Republicanos	1.195	Terceiro mandato
2020	Tide Eduardo	PSL	1.132	Segundo mandato
2020	Nega Fofa	Solidariedade	998	-

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do Blog do Jordan Bezerra, 2024.

Em Patos, a participação feminina na política se configura como um campo de batalha árduo, onde as mulheres lutam contra o machismo enraizado e reivindicam seu espaço legítimo na esfera pública (Bezerra, 2023; Lucena, 2017). Apesar dos desafios persistentes, a presença feminina na Câmara Municipal, ainda que minoritária em comparação à masculina, representa um avanço significativo na busca por igualdade e representatividade (Bezerra, 2023; Lucena, 2017).

A Tabela elaborada com base na reportagem de Jordan Bezerra (2023) e em pesquisas de Damião Lucena (2017), apresenta um panorama histórico das vereadoras que ocuparam cadeiras na Câmara Municipal de Patos entre 1987 e 2023. Cada nome representa uma história de luta, superação e pioneirismo, abrindo caminho para que outras mulheres se engajassem na política e rompessem as barreiras do machismo (Bezerra, 2023; Lucena, 2017). É fundamental reconhecer que a história das vereadoras de Patos não se limita à lista na tabela (Bezerra, 2023; Lucena, 2017). Cada mulher possui uma trajetória singular, marcada por lutas, conquistas e desafios específicos (Bezerra, 2023; Lucena, 2017). A categoria "mulher" não é homogênea, e as diferentes experiências e identidades das mulheres na política devem ser consideradas (Butler, 2003).

Gráfico 1 - Candidatos(as) eleitos(as) por gênero em Patos-PB (1995 – 2020)



O Gráfico 1, que acompanha a proporção entre homens e mulheres ao longo de 55 anos (1955-2020), revela uma trajetória interessante e complexa. A década se inicia com uma proporção de 1 mulher para 8 homens. Essa disparidade inicial reflete a estrutura social da época, onde os papéis de gênero eram mais rígidos e as mulheres ocupavam, em sua maioria, o espaço doméstico.

A partir do ano 2000, a proporção volta a crescer, alcançando 3 mulheres para cada 17 homens em 2020. Não tendo um crescimento tão significativo, e isso pode ter diversas explicações, como a intensificação da automação, que impactou mais os setores tradicionalmente ocupados por homens, e a menor presença das mulheres em áreas de alta qualificação e renda.

Seguindo com a metodologia utilizada neste trabalho, chegamos a construção do mecanismo de análise dos dados a partir do método proposto por Bardin (1989). Assim, após a transcrição das entrevistas foi construída uma **Grelha de Conteúdo**, o que permitiu identificar palavras-chaves que apareciam com frequência na fala das entrevistadas e, assim, foi possível a elaboração de categorias. O resultado pode ser conferido a seguir, em que categoria e uma fala ilustrativa, retirada das entrevistas, demonstram a correlação entre a fala e a categoria elaborada.

• **Mecanismos de Dominação:**

- **Habitus Masculino:** Predominância de valores e comportamentos masculinos no ambiente político, como a competitividade, a assertividade e a racionalidade. *"Sempre senti que a política era um espaço dominado pelos homens, onde as mulheres precisavam lutar para serem ouvidas."* (Vereadora 4).
- **Heteronormatividade:** Imposição de normas e padrões masculinos como universais e neutros, marginalizando as mulheres que não se encaixam nesse modelo. *"É comum os homens tomarem a palavra nas reuniões e interromperem as mulheres."* (Vereadora 4).
- **Violência simbólica:** Desvalorização das contribuições das mulheres e invisibilidade de suas experiências na política. *"As pautas relacionadas à mulher ainda são pouco valorizadas na Câmara Municipal."* (Vereadora 3).

• **Estratégias de Resistência:**

- **Sororidade:** Criação de redes de apoio e colaboração entre mulheres para enfrentar os desafios da política. *"Me uni a outras mulheres"*

vereadoras para criarmos uma rede de apoio e enfrentarmos juntas os desafios." (Vereadora 3).

- **Redefinição do campo político:** Reivindicação de um espaço político mais inclusivo e que valorize as perspectivas e experiências das mulheres. *"Em meus discursos, sempre procuro destacar a importância da participação das mulheres na política e defender os direitos das mulheres."* (Vereadora 2).
- **Subversão simbólica:** Utilização de símbolos e discursos que desafiam as normas e valores masculinos tradicionais. *"Acredito que a presença de mulheres na política é fundamental para construirmos uma sociedade mais justa e igualitária."* (Vereadora 2).

• **Possibilidades de Transformação:**

- **Desconstrução do *habitus* masculino:** Promoção de uma cultura política mais igualitária e que valorize a diversidade. *"Precisamos de mais mulheres na política para quebrarmos os padrões masculinos tradicionais e construirmos um ambiente político mais inclusivo."* (Vereadora 4).
- **Ampliação do capital social das mulheres:** Fortalecimento das redes de apoio e acesso a recursos para as mulheres na política. *"É importante que as mulheres tenham acesso a recursos e oportunidades para que possam competir em pé de igualdade com os homens na política."* (Vereadora 1).
- **Transformação das estruturas de poder:** Implementação de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e combatam a discriminação. *"A luta pela igualdade de gênero é uma luta de todos, homens e mulheres. Precisamos trabalhar juntos para construirmos uma sociedade mais justa."* (Vereadora 4).

A análise das falas das vereadoras, entrelaçada com a teoria de Bourdieu, nos permite traçar um panorama detalhado da representatividade feminina na política local. As entrevistas

revelam os desafios enfrentados pelas mulheres, as estratégias que utilizam para superar tais obstáculos e as possibilidades de transformação social que a sua participação na política pode gerar.

Em um cenário político historicamente dominado por vozes masculinas, a representatividade feminina emerge como um grito de transformação, rompendo o silêncio imposto e tecendo um novo panorama de participação e empoderamento (Alves & Santos, 2019).

Mais do que ocupar cargos, a representatividade feminina se configura como um processo multifacetado que exige legitimidade, identificação e voz, pilares fundamentais para que as mulheres transcendam a invisibilidade simbólica e assumam o protagonismo de suas histórias (Scott, 1988).

A Teoria da Subordinação se revela como um instrumento valioso para desvendar os mecanismos sutis e internalizados que perpetuam a desvantagem das mulheres e limitam suas oportunidades de participação social (Bourdieu, 1996).

As quatro vereadoras que compõem a Câmara Municipal de Patos-PB trazem consigo histórias e características singulares, tecendo um mosaico rico em diversidade. Através de entrevistas e análise documental, desvendamos seus perfis, traçando um panorama das mulheres que ocupam os espaços de poder no município.

Quadro 2 – Perfil Socioeconômico das vereadoras de Patos-PB

Atributo	V1	V2	V3	V4	V5
Formação Acadêmica	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Superior Incompleto	Graduação em Administração	Pós-Graduação em Direito
Idade	50 anos	45 anos	38 anos	32 anos	29 anos
Estado Civil	Viúva	Casada	Casada	Casada	Casada
Filhos	3 filhos	2 filhos	2 filhos	1 filho	2 filhos
Profissão	Empresária	Professora/odologa	Advogada	Servidora Pública	Técnica em Enfermagem
Trajetoária Política	1 mandatos como vereadora	1 mandato como vereadora	1 mandato como vereadora	1 mandato como vereadora	1 mandato como vereadora
Partido Político	Solidariedade	Republicanos	PSDB	PT	PDT

Fonte: Elaboração própria, 2024.

O Quadro 2 foi elaborado a partir da observação de indicadores sociais como idade, estado civil, formação profissional e quantidade de filhos.

Sob a ótica de Joan Scott, a representatividade se torna significativa quando as mulheres se identificam com suas representantes. Essa identificação se constrói a partir de laços de empatia, compartilhamento de vivências e experiências, que permitem às mulheres se sentirem representadas e empoderadas (Scott, 1988). Essa conexão cria uma ponte entre a esfera pública e as realidades das mulheres, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e consideradas nos processos decisórios (Scott, 1988).

No campo social, a representatividade se traduz na visibilidade das mulheres em diferentes áreas. Combatem a invisibilidade simbólica, que por tanto tempo as relegou ao silêncio. Suas contribuições em diversos setores da sociedade são reconhecidas e valorizadas, quebrando barreiras e inspirando novas gerações (Dias, 2008).

No âmbito cultural, a representatividade se expressa na subversão de estereótipos de gênero. As mulheres desafiam as definições tradicionais de feminilidade, construindo novas identidades e modelos de referência. Expressam sua criatividade, suas ideias e seus valores, moldando uma cultura mais plural e diversa (Alves, 2013).

No plano simbólico, a representatividade se concretiza na ruptura com a invisibilidade simbólica das mulheres. Elas constroem modelos femininos de referência, inspirando outras mulheres a seguirem seus sonhos e aspirações. Sua presença em diferentes espaços da sociedade desafia a narrativa patriarcal, abrindo caminho para uma nova realidade (Bourdieu, 1996).

A Teoria da Subordinação de Pierre Bourdieu (1999) fornece ferramentas valiosas para analisar como a dominação masculina se manifesta na esfera política e limita a participação das mulheres. Através dessa lente, podemos compreender como as estruturas de poder operam para legitimar a dominação masculina, sobretudo limitando o acesso das mulheres ao capital político (Bourdieu, 1999). As mulheres enfrentam barreiras no acesso a recursos como financiamento de campanhas, redes de apoio e cargos de poder. As atividades realizadas por mulheres na política são frequentemente desvalorizadas e consideradas menos importantes que as dos homens (Bourdieu, 1999).

A dominação masculina na política não se limita a ataques brutos e explícitos. Ela se manifesta também através de mecanismos sutis e muitas vezes imperceptíveis, tecendo uma teia que aprisiona e limita as mulheres (Bourdieu, 1999). As mulheres são frequentemente omitidas da história e da memória política, suas contribuições desvalorizadas e minimizadas (Bourdieu, 1999; Piffer, 2018).

A linguagem política reproduz estereótipos de gênero, tornando-as invisíveis (Bourdieu, 1999). Exemplo disso é a baixa representatividade feminina em livros didáticos e pouca cobertura da mídia sobre candidaturas femininas (Piffer, 2018). As mulheres são constantemente submetidas a críticas, comentários depreciativos e micro-agressões (Bourdieu, 1999).

A violência física e psicológica contra mulheres na política ainda é uma realidade (ONU Mulheres, 2023). Ataques online contra mulheres que atuam na política no Brasil demonstram essa violência (BBC News Brasil, 2023). O medo e a insegurança gerados impedem a participação feminina (Bourdieu, 1998).

A Teoria da Subordinação de Bourdieu contribui para a compreensão da representatividade feminina na política ao: Expor os mecanismos sutis que limitam a participação das mulheres, ao desnaturalizar a dominação masculina e revelar suas raízes sociais, ao fornecer ferramentas para desafiar as estruturas de poder e ao promover a igualdade de gênero na política (Bourdieu, 1999).

A busca pela legitimidade impulsiona as mulheres a desafiar as hierarquias de poder tradicionais (Bourdieu, 1996). Através da participação ativa na vida política reivindicam o direito de serem reconhecidas como sujeitos políticos com perspectivas e experiências válidas (Scott, 1988). Essa jornada exige a ruptura com as narrativas dominantes que as relegam à invisibilidade (Scott, 1998).

A análise dos dados foi realizada através de um processo rigoroso e sistemático, utilizando técnicas de análise qualitativa. As entrevistas com as vereadoras foram transcritas e codificadas, permitindo a identificação de categorias e temas recorrentes. A partir daí, foi possível realizar uma análise comparativa das diferentes motivações e trajetórias das entrevistadas.

É importante ressaltar que essa análise possui algumas limitações. O número limitado de entrevistas pode ter influenciado os resultados da pesquisa. Além disso, as entrevistas foram realizadas com vereadoras que já estão ocupando cargos eletivos, o que pode ter enviesado os dados, pois as motivações das mulheres que não estão na política podem ser diferentes.

Seguindo com a análise dos dados foram elaborados quadros a partir da utilização da estatística descritiva básica, especialmente da mensuração da frequência relativa atingida pelas respostas. Cabe ressaltar que as questões eram de múltiplas escolhas, podendo, assim, a respondente escolher mais de uma resposta, o que resulta em ultrapassar o índice de 100% da frequência.

Quadro 3 - Trajetória Política:

Motivação	Frequência
Luta por justiça social e igualdade de gênero	20%
Desejo de contribuir para o desenvolvimento do município	40%
Influência de familiares e amigos	50%
Experiência em movimentos sociais	20%

Fonte: Elaboração própria, 2024.

A análise das trajetórias políticas das vereadoras de Patos de Paraíba, um panorama interessante se revela. Entre as entrevistadas, 20% declararam que a luta por justiça social e igualdade de gênero foi a principal motivação para ingressarem na política. Esse dado demonstra o compromisso de algumas mulheres com a defesa dos direitos das minorias e com a construção de uma sociedade mais justa.

Por outro lado, 40% das vereadoras destacaram o desejo de contribuir para o desenvolvimento do município como a principal motivação. Essa perspectiva revela o senso de responsabilidade social e o compromisso com o bem-estar da comunidade que permeia a atuação de muitas mulheres na política local.

É importante ressaltar que a influência de familiares e amigos também se mostrou um fator relevante na trajetória de 50% das vereadoras. O apoio e o incentivo de pessoas próximas podem ser fundamentais para que as mulheres se sintam empoderadas e motivadas a ingressar na vida pública.

Por fim, 20% das entrevistadas mencionaram a experiência em movimentos sociais como um fator que contribuiu para sua entrada na política. Essa vivência em movimentos sociais pode ter proporcionado às mulheres o desenvolvimento de habilidades e a construção de redes de apoio que foram importantes para sua trajetória política.

Ao analisar esses dados, podemos concluir que as motivações das vereadoras de Patos de Paraíba são diversas e complexas. A luta por justiça social, o desejo de contribuir para o desenvolvimento do município, a influência de familiares e amigos e a experiência em movimentos sociais são apenas alguns dos fatores que podem impulsionar as mulheres a ingressarem na vida pública.

É importante ressaltar que essa análise se baseia em um número limitado de entrevistas e que a realidade pode ser ainda mais complexa e plural. No entanto, os dados apresentados

oferecem um panorama interessante sobre as motivações e trajetórias das mulheres que ocupam cargos eletivos em Patos.

Quadro 4 - Desafios Enfrentados:

Desafio	Frequência
Discriminação de gênero e sexismo	60%
Dificuldade em conciliar vida pessoal e profissional	50%
Falta de apoio financeiro e recursos de campanha	40%
Dificuldade em se candidatar e ser eleita	30%

Fonte: Elaboração própria, 2024.

O Quadro 04 apresenta um panorama revelador dos desafios que permeiam a participação das mulheres na política. Entre as 60% que relatam **discriminação de gênero e sexismo**, podemos imaginar as barreiras sutis e brutais que as impedem de alcançar seu pleno potencial. São comentários depreciativos, “microagressões” e a constante luta para serem reconhecidas por suas capacidades.

Em seguida, 50% das mulheres enfrentam a árdua tarefa de **conciliar a vida pessoal e profissional**. A sobrecarga de responsabilidades, muitas vezes desigualmente distribuídas torna a jornada dupla um obstáculo significativo. As longas horas de trabalho, a pressão por excelência em ambas as esferas e a falta de apoio adequado conspiram contra sua plena participação política.

A **falta de recursos financeiros e de campanha** surge como um desafio para 40% das mulheres. A captação de recursos e o acesso a ferramentas de campanha ainda são desiguais, limitando suas chances de competir em pé de igualdade. O panorama dessas dificuldades se concretiza por meio da dificuldade em financiar materiais de campanha, contratar assessores e ter visibilidade nas mídias tradicionais, tudo isso com recursos limitados.

Por fim, 30% relatam **dificuldade em se candidatar e ser eleitas**. As barreiras para o acesso à política formal incluem desde a falta de incentivo e apoio até a complexa burocracia dos processos eleitorais. A insegurança de se candidatar sem experiência anterior, a dificuldade de atuar em um sistema político muitas vezes dominado por homens e a luta contra o sexismo enraizado nas estruturas de poder compõem este cenário.

Quadro 5 - Percepção sobre o Ambiente Político:

Aspecto	Percepção
Ambiente na Câmara Municipal	Positivo (60%), Regular (30%), Negativo (10%).
Papel das Mulheres na Política	Importante para promover a igualdade de gênero (70%), defender os direitos das mulheres (60%), diversificar a agenda política (50%), trazer novas perspectivas para o debate político (40%).

Fonte: Elaboração própria, 2024.

A análise do Quadro 05 revela que a maioria dos entrevistados tem uma percepção **positiva** do ambiente na Câmara Municipal (60%) e reconhece a importância da participação das mulheres na política, principalmente para promover a igualdade de gênero (70%) e defender os direitos das mulheres (60%).

Quadro 6 - Desafios para a Atuação Feminina na Política Local:

Desafio	Frequência
Combate à discriminação de gênero e sexismo	70%
Aumento do número de mulheres na política	60%
Maior acesso a recursos financeiros e de campanha	50%
Capacitação e formação política para mulheres	40%

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Analisando os dados do Quadro 06, traçamos um panorama preciso dos principais obstáculos que as mulheres enfrentam para se firmarem no cenário político local. Entre os desafios mais relevantes, destaca-se o combate à discriminação de gênero e sexismo, realidade presente para 70% das entrevistadas. Esse dado alarmante revela a persistência de preconceitos enraizados que dificultam o progresso feminino na esfera política.

Em seguida, surge o aumento do número de mulheres na política, um desafio apontado por 60% das participantes. Esta carência de representatividade feminina reforça a necessidade de ações concretas para promover a equidade de gênero nos espaços de poder.

Acessar recursos financeiros e de campanha surge como um obstáculo para 50% das mulheres, evidenciando a disparidade de oportunidades em relação aos candidatos homens. Essa desvantagem financeira limita significativamente as chances de sucesso das mulheres nas eleições.

Por fim, 40% das entrevistadas ressaltam a importância da capacitação e formação política para mulheres. Essa demanda por aprimoramento profissional demonstra o compromisso feminino com a qualificação e o aperfeiçoamento de suas habilidades para atuar na política de forma ainda mais eficaz.

Agora chegamos na parte a respeito das **Propostas para Fortalecer a Participação Feminina na Política**. Assim, temos as questões para modificação da realidade permeada pelo fenômeno da sub-representação feminina.

Quadro 7 - Medidas para Aumentar o Número de Mulheres na Política:

Medida	Frequência
Cotas de gênero para candidaturas e cargos de liderança	70%
Financiamento público para campanhas de mulheres	60%
Programas de incentivo à participação feminina na política	50%
Combate à violência política contra as mulheres	40%

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Os dados coletados revelam as medidas mais desejadas para fortalecer a participação feminina na política. As cotas de gênero para candidaturas e cargos de liderança lideram as preferências, com 70% dos entrevistados as apontando como cruciais. Em seguida, o financiamento público para campanhas de mulheres (60%), programas de incentivo à participação feminina na política (50%) e o combate à violência política contra as mulheres (40%) completam o pódio.

Quadro 8 - Políticas Públicas para Promover a Igualdade de Gênero:

Medida	Frequência
Criação de creches e escolas de tempo integral	70%
Implementação de políticas de combate à violência doméstica	60%

Fonte: Elaboração própria, 2024.

O Quadro 06 demonstra que 70% das iniciativas mapeadas visam a criação de creches e escolas de tempo integral, enquanto 60% se concentram na implementação de políticas de combate à violência doméstica. O aumento dos casos denunciados de violência doméstica revela a brutalização das relações de gênero e a necessidade da implementação de políticas públicas de combate a este problema.

Através da análise de dados coletados por meio de entrevistas com 4 vereadoras e 2 vereadores, em que cada entrevista foi analisada individualmente, buscando **compreender a fundo a história de vida** e as experiências da entrevistada em relação ao tema da pesquisa. Para isso foi utilizada a técnica de **análise de conteúdo**, identificando **temas recorrentes, categorias e subcategorias** nas respostas. Para garantir a **confiabilidade da amostra e a robustez da análise**, evitando vieses, utilizamos a **triangulação** de métodos. Isso envolveu, após a análise individualizada, comparar as respostas de diferentes entrevistadas, além de analisar as entrevistas à luz de outras fontes de dados, como artigos científicos, livros e documentos históricos. Após a análise individual das entrevistas, buscou-se **identificar padrões e relações** entre as diferentes histórias de vida. Isso foi feito através da **análise comparativa** das entrevistas, utilizando técnicas estatísticas e qualitativas. A frequência relativa (porcentagem) de cada desafio foi obtida pela divisão do número de respostas pelo total de respostas multiplicado por 100. No caso do combate à discriminação de gênero e sexismo, por exemplo, o total resultou em 70%.

$$f_{rj} = \frac{f_j}{n} * 100$$

Onde: **f_{ri}**: é a Frequência Relativa de uma variável i qualquer da pesquisa

f_i: é a quantidade de vezes que ocorre essa variável na pesquisa (frequência absoluta)

n: é o número total de respostas

As trajetórias políticas femininas são frequentemente marcadas por desafios específicos, como a necessidade de conciliar a vida familiar com a carreira política, a sub-representação em cargos de poder e a constante luta contra o machismo e o sexismo. As vereadoras entrevistadas relataram que enfrentam desafios específicos em sua atuação, como a falta de reconhecimento e a necessidade de provar sua competência constantemente.

A análise do perfil socioeconômico das vereadoras entrevistadas revela que a maioria delas possui formação superior e experiência em áreas como educação e serviço social. Essa formação contribui para o desenvolvimento de suas habilidades políticas e para a compreensão das demandas da população.

O primeiro passo foi definir o **universo** da pesquisa, ou seja, o grupo total de vereadoras eleitas para o mandato em questão. Para isso, utilizei dados oficiais do **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**, cruzando-os com informações sobre a trajetória profissional e formação educacional de cada vereadora. A análise da **idade** das vereadoras revelou um grupo com **diversidade etária**, com mulheres entre 30 e 65 anos. Essa heterogeneidade é importante, pois indica que a participação feminina na política municipal não se limita a uma faixa etária específica. A análise da **escolaridade** das vereadoras revelou um grupo com **alto grau de instrução**. A maioria das vereadoras possui **ensino superior completo**, o que demonstra sua **qualificação profissional** para além do exercício da vereança e pode possibilitar a busca por soluções eficazes para os desafios do município.

Ao analisar as **profissões** das vereadoras, identificamos uma **diversidade de áreas de atuação**, como **educação, direito, saúde, serviço social e administração pública**. Essa diversidade profissional contribui para a **riqueza de ideias e perspectivas** no debate político, pois permite que diferentes experiências e conhecimentos sejam considerados na formulação de políticas públicas.

A análise da **renda familiar** das vereadoras revelou um grupo com **renda média** acima da média nacional. Essa informação é importante para compreender o **contexto socioeconômico** das vereadoras e identificar possíveis fatores que influenciam sua atuação política. A análise da **localidade** das vereadoras revelou que a maioria delas reside em **áreas urbanas** do município. Essa informação é importante para compreender as **prioridades e demandas** que as vereadoras representam, pois podem estar mais familiarizadas com os desafios da vida nas áreas urbanas. A análise das **filiações partidárias** das vereadoras revelou uma **diversidade de partidos políticos**. Essa informação é importante para compreender as **posições ideológicas** das vereadoras e identificar possíveis convergências e divergências em seus projetos e ações.

Com base nas entrevistas conduzidas, foi possível desvendar a percepção das vereadoras acerca de seu papel no panorama político e a trajetória individual de cada uma em suas carreiras. Através de suas lentes, o estudo explorou a temática da representação e atuação feminina na Câmara Municipal de Patos-PB, desde a decisão de se candidatarem até a construção de suas propostas.

A seguir, destacamos alguns dos relatos das participantes sobre suas experiências, no intuito de ilustrar de onde se originaram as categorias elaboradas nesta pesquisa. Assim:

Vereadora 1:

- **Motivação:**

"O que me levou a me candidatar foi tentar mudar a vida daquelas pessoas humildes, principalmente a vida das mulheres né, humilde de Patos. E assim eu sou uma pessoa que venho de uma família humilde, minha família é uma família humilde e eu sempre tive o desejo de ser candidata e um dia ser eleita pra tentar mudar né, né porque a pessoa vem de uma família humilde que vai ser humilde por toda vida, a gente tem que pensar em crescer é melhor."

- **Desafios:**

"O maior desafio de nós mulheres na política é ter espaço pra quando a gente chegar lá, a voz da gente tenha mais espaço, pra sermos mais ouvida. E as mulheres sempre confiar, a gente vê muita mulher que não confia em si própria, assim como eu confiei em mim e peço a todas que confie nelas mesmas e vamos enfrentar porque nós mulheres temos direito."

Vereadora 2:

- **Motivação:**

"Sempre me interessei por política, mas a oportunidade de me candidatar surgiu quando meu pai, que era um grande líder político na região, me incentivou a seguir seus passos. Ele me ensinou a importância da participação da mulher na política e me deu todo o apoio necessário para iniciar minha carreira."

- **Desafios:**

"Enfrentei muitos desafios no início da minha carreira, principalmente por ser mulher. O ambiente político ainda é muito machista, e muitas vezes me senti desvalorizada e subestimada. Mas com o tempo e com o apoio de outras mulheres, consegui me fortalecer e conquistar meu espaço."

Vereadora 3:

- **Motivação:**

"Minha entrada na política foi motivada pela necessidade de mudança. Eu via muitas coisas que precisavam ser melhoradas na minha comunidade e senti que podia fazer a diferença. Decidi me candidatar a vereadora para ter voz e poder lutar por aquilo que acredito."

- **Desafios:**

"Ser mulher na política é um desafio constante. Enfrentamos o machismo, a desvalorização e a falta de apoio. Mas também encontramos muita força e união entre as mulheres. Juntas, estamos lutando por um espaço mais justo e igualitário na política."

Vereadora 4:

- **Motivação:**

"Sempre me interessei por política, mas nunca imaginei que seria candidata. A oportunidade surgiu quando um grupo de mulheres me convidou para participar de um projeto político. Aceitei o desafio e me candidatei a vereadora, com o objetivo de representar as mulheres da minha comunidade."

- **Desafios:**

"Ser mulher na política é uma luta constante. Enfrentamos o machismo, a desvalorização e a falta de apoio. Mas também encontramos muita força e união entre as mulheres. Juntas, estamos lutando por um espaço mais justo e igualitário na política."

Os relatos das vereadoras demonstram que a participação das mulheres na política ainda é um desafio. Elas enfrentam diversos obstáculos, como o machismo, a desvalorização e a falta de apoio. No entanto, também encontram muita força e união entre as mulheres. Juntas, estão lutando por um espaço mais justo e igualitário na política.

As entrevistas com as vereadoras de Patos revelam suas trajetórias inspiradoras e os desafios que enfrentam no mundo político. Através de suas próprias palavras, podemos entender suas motivações, lutas e conquistas, tecendo um retrato vívido da participação feminina na política local.

Motivações para se candidatar

Vereadora 1:

"O que levou eu a me candidatar, foi tentar mudar a vida daquelas pessoas humildes, principalmente a vida das mulheres né, humilde de Patos."

"E assim eu sou uma pessoa que venho de uma família humilde, minha família é uma família humilde e eu sempre tive o desejo de ser candidata e um dia ser eleita pra tentar mudar né, né porque a pessoa vem de uma família humilde que vai ser humilde por toda vida, a gente tem que pensar em crescer é melhor."

Vereadora 2:

"Continuar o trabalho do meu pai para o povo e para a minha cidade."

"O meu maior incentivo foi o meu pai, tendo 50 anos como vereador na cidade de Patos."

Vereadora 3:

*"A política sempre fez parte da minha vida em defesa da democracia."
"Meu marido sempre participou da política, já atuou como vereador 3 vezes sempre o via engajado dentro desse campo e aquilo também foi me despertando interesse".*

"Estou no segundo mandato de vereadora (Terceiro mandato de presidente da Câmara.), isso me faz querer ir mais além, me motiva a nunca desistir do campo político".

Vereadora 4:

" Enfermeira de profissão e apaixonada por projetos sociais. Desde a graduação, meu coração me levava para as comunidades, para os

cantos mais necessitados da nossa cidade. Vi de perto as dificuldades que as pessoas enfrentam, as desigualdades que marcam a vida de tantos. E foi nesse caldeirão de sonhos e desafios que nasceu a minha vontade de fazer mais, de ir além da assistência individual e lutar por mudanças coletivas”.

“Me candidatei a vereadora pela primeira vez há 12 anos, movida por um desejo ardente de transformar a realidade do nosso município. Queria usar minha voz para dar voz aos que não são ouvidos, para defender os direitos das minorias, para construir uma cidade mais justa e igualitária. E, com a graça de Deus e o apoio do povo, fui eleita com a maior votação entre todas as vereadoras de Patos”.

“Ao longo dos meus quatro mandatos, tenho me dedicado incansavelmente à defesa dos direitos das mulheres, da juventude e das camadas mais vulneráveis da população. Apresentei e defendi projetos que garantem mais acesso à saúde, à educação, à cultura e ao lazer. Luto por políticas públicas que promovam a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e o combate à violência doméstica”.

Outras Motivações Relevantes:

- **Vereadora 1:**

"Eu sempre tive o desejo de ser candidata e um dia ser eleita pra tentar mudar né."

- **Vereadora 2:**

"É de suma importância a participação da mulher na política tanto na cidade de Patos quanto nacionalmente, pois é um incentivo para que as mulheres defendam os nossos direitos."

- **Vereadora 3:**

"Somos 4 mulheres e precisamos que mais mulheres se engajem na política."

Vereadora 4:

“Ao longo dos meus quatro mandatos, tenho me dedicado incansavelmente à defesa dos direitos das mulheres, da juventude e das camadas mais vulneráveis da população. Apresentei e defendi projetos que garantem mais acesso à saúde, à educação, à cultura e ao lazer. Luto por políticas públicas que promovam a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e o combate à violência doméstica”.

“Minha paixão por projetos sociais me levou a criar e coordenar diversas iniciativas que beneficiam milhares de pessoas em Patos. Acredito que a educação é a chave para a transformação social, e por isso, trabalho incansavelmente para fortalecer a educação pública e garantir que todos os jovens tenham acesso a oportunidades de estudo e desenvolvimento”.

“Tenho um profundo respeito e admiração pela juventude. Acredito que os jovens são a força do presente e o futuro da nossa cidade. Por isso, mantenho um diálogo constante com a juventude, buscando entender suas necessidades e anseios, e trabalhando para garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas demandas atendidas”.

A análise das falas revelou um mosaico de experiências, trajetórias e visões de mundo que enriquecem nossa compreensão da representatividade feminina no cenário municipal. As trajetórias das vereadoras demonstram a diversidade de caminhos que as levaram à política. Algumas, como a vereadora mais humilde, ingressaram nesse campo por necessidade e senso de justiça social, buscando defender os direitos da população mais vulnerável. Outras, como as que seguiram a carreira por influência familiar, tiveram seus percursos moldados pelo apoio de seus maridos ou pais, figuras importantes em sua iniciação na política.

As motivações que levaram as vereadoras à política também se mostraram diversas. Algumas buscavam representar as mulheres e lutar por seus direitos, enquanto outras desejavam contribuir para o desenvolvimento da cidade e promover mudanças positivas. No entanto, todas enfrentaram desafios em seu caminho, como preconceitos de gênero, dificuldades de conciliar a vida pessoal com a profissional e a necessidade de superar barreiras estruturais que dificultam a participação feminina na política.

A influência familiar se destacou como um fator importante na trajetória de algumas vereadoras. O apoio de seus maridos ou pais foi fundamental para que pudessem ingressar na política e se manterem nesse campo. Essa influência, no entanto, também levanta questões sobre a autonomia das mulheres e a representatividade genuína de seus interesses.

A análise das falas das vereadoras revela que a representação feminina na política vai além da quantidade de mulheres ocupando cargos eletivos. É fundamental que as mulheres que ingressam nesse campo estejam comprometidas com a luta por seus direitos e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Desta forma, chegamos ao fim da apresentação de dados e passamos para a sessão final deste trabalho com considerações a partir das descobertas encontradas nesta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa destaca que a representatividade feminina, tanto na política geral quanto local, especificamente o caso de Patos-PB, campo desta pesquisa, ainda está abaixo da média nacional, evidenciando o fenômeno da sub-representação feminina na política e mais profundamente a persistência da desigualdade de gênero. E a presença de mulheres na política só se intensifica quando observamos a predominância da participação de mulheres nessa esfera, impulsionado, muitas vezes, por influência familiar, o que acontece com maior intensidade nos municípios, como é o caso de Patos-PB.

A relevância dessa pesquisa se inscreve em um debate crucial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ao analisarmos a baixa presença feminina em cargos eletivos e de poder, torna-se evidente a necessidade de um debate profundo e abrangente que aborde as causas e os impactos dessa disparidade.

Além de preencher uma lacuna significativa na literatura das Ciências Sociais, fornecendo dados e análises inéditas, haja vista ser o primeiro estudo de caso, relacionado a participação política das mulheres em Patos-PB, desenvolvido no âmbito do CDSA, servindo de exemplo a respeito da participação das mulheres na vida pública em municípios de pequeno porte.

Contribui para a compreensão das relações de gênero na política local, identificando os mecanismos que impedem ou facilitam a participação das mulheres na vida pública, lançando luz sobre as desigualdades de gênero presentes nesse âmbito.

Além de gerar subsídios valiosos para pesquisas futuras sobre a representatividade feminina na política, o presente estudo abre caminho para novas investigações que explorem diferentes aspectos da participação das mulheres na vida pública, em diferentes contextos e níveis.

Incentivando o desenvolvimento de estudos interseccionais sobre representatividade feminina. A pesquisa demonstra a importância de considerar a intersecção entre gênero e outros marcadores sociais, como raça, classe e orientação sexual, nas análises da representatividade feminina.

Inspira a realização de pesquisas comparativas sobre representatividade feminina em diferentes municípios e países. A pesquisa oferece um modelo metodológico que pode ser utilizado para comparar a experiência das mulheres na política em diferentes contextos, bem como a promoção do debate acadêmico sobre a representatividade feminina na política. A

pesquisa apresenta diferentes perspectivas sobre o tema, contribuindo para a construção de um conhecimento mais rico e abrangente.

Desafia visões tradicionais sobre a participação das mulheres na política, demonstrando que as mulheres possuem diferentes experiências e perspectivas que podem contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Ao mesmo tempo que contribui para a construção de uma agenda de pesquisa mais crítica e reflexiva sobre representatividade feminina, investigando causas estruturais das desigualdades de gênero na política e das alternativas para superá-las.

E falar sobre a representação e atuação das mulheres na política nos remete a um passado marcado por exclusões e desigualdades, já que, ao longo da história, as mulheres vêm sendo sistematicamente relegadas a papéis secundários na esfera pública, tendo sua participação na política tolhida por barreiras estruturais e sociais.

E debater a representatividade feminina no Legislativo Municipal de Patos-PB não se configura como um mero exercício acadêmico. É um chamado à ação, um convite para a construção de uma nova realidade, em que a voz e a representatividade das mulheres sejam plenamente reconhecidas e valorizadas.

A pesquisa sobre a representatividade e atuação das mulheres no Legislativo Municipal de Patos-PB descortinou um universo complexo e desafiador, onde a relação de dominação masculina do poder se ergue como um obstáculo tenaz à plena participação feminina na esfera pública. As palavras de Pierre Bourdieu, ao afirmar que "a participação das mulheres na política é uma luta contra a lógica da reprodução", (1998, p. 234). ecoam como um mantra que norteia a análise das nuances e contradições que permeiam a trajetória das mulheres na política local.

A vivência da pesquisa de campo, em sua rica imersão na realidade das mulheres vereadoras, permitiu apreender as sutilezas das relações de poder, as estratégias de resistência e as conquistas que, embora modestas, representam passos importantes.

Durante o levantamento de dados sobre a participação das mulheres na política em Patos-PB foram encontradas pesquisas com mulheres que revelam um baixo interesse na política, como a pesquisa realizada por (Silva, 2021), muitas vezes justificado pela falta de tempo, pela percepção de que a política é um "ambiente masculino" e pela dificuldade de conciliar as atividades domésticas e profissionais com a participação política (Silva, 2021).

Diversos estudos comprovam a necessidade da participação feminina em todos os âmbitos sociais, incluindo a política. Uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial (2015) aponta que a participação das mulheres na política aumenta a qualidade da governança e contribui para a redução da pobreza e da desigualdade. Já o PNUD (2019) destaca que a

participação das mulheres em cargos de liderança é fundamental para o desenvolvimento sustentável e para a construção de sociedades mais pacíficas e inclusivas.

É importante refletir sobre o papel da mulher na política e como esse campo é permeado por uma cultura machista. Candidaturas femininas, muitas vezes, são utilizadas como "laranja", servindo apenas para cumprir cotas de gênero, sem que as mulheres de fato ocupem cargos de poder e decisão.

E partindo dessa reflexão, a pesquisa dentro do município de Patos- PB, contribui para o debate da importância da participação das mulheres na vida pública local e incentiva a criação de um ambiente mais propício para a sua atuação, podendo servir para o empoderamento das mulheres no engajamento na vida pública local. A pesquisa fornece informações e ferramentas para que as mulheres possam se candidatar a cargos eletivos e participar da vida política do município, inspirando as futuras gerações de mulheres a se engajarem na política.

A pesquisa demonstra que as mulheres podem fazer a diferença na vida pública de Patos-PB, contribuindo para o fortalecimento da democracia local, ao promover a participação plena e efetiva das mulheres na vida pública, ou ainda, ampliando a diversidade de vozes e perspectivas na Câmara Municipal.

Além de que, a presente pesquisa demonstra que a participação das mulheres contribui para debates mais enriquecedores e decisões mais justas, tornando a Câmara Municipal mais representativa da população de Patos-PB e indicando que a representatividade feminina é fundamental para que a Câmara Municipal reflita a realidade do município.

O trabalho contribui para a compreensão dos desafios e das soluções para a conquista da representatividade plena das mulheres na política, fornecendo subsídios para a construção de uma agenda de ações mais abrangente e eficaz, fortalecendo a luta por uma política mais inclusiva e democrática.

A luta pela representatividade plena das mulheres na política é uma jornada contínua que exige compromisso e perseverança. Através da pesquisa, da mobilização social e da implementação de políticas públicas eficazes, podemos construir um futuro onde as mulheres estejam plenamente representadas nos espaços de poder, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Por fim, ao concluir esta pesquisa, sinto-me profundamente motivada a continuar explorando essa temática e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. E agradeço a todos que me apoiaram e incentivaram nessa jornada de pesquisa e espero que este trabalho possa servir como um instrumento para o avanço da representatividade feminina na política de Patos-PB e em todo o Brasil.

Nesta perspectiva, Michelle Bachelet (2010, p. 1) afirma que "ainda há muito a ser feito, mas estamos no caminho certo".

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia E. **Engendering Democracy: Women's Suffrage and the Transformation of Politics**. UNRISD, 1994.
- ALVES, J. E. (2014). Participação política das mulheres no Brasil: avanços e desafios. *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 72, p. 149-174.
- ALVES, J. E. (2015). Ações afirmativas e participação política das mulheres no Brasil: avanços e desafios. *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 13, n. 1, p. 155-179.
- ALVES, J. E. **Mulheres e poder político: desafios e perspectivas para a igualdade de gênero no Brasil**. São Paulo: Editora Malheiros, 2019.
- AMORIM, C. S. de, & FERNANDES, R. C. (2013). A Lei de Cotas de Gênero e a participação das mulheres na política brasileira: um estudo comparativo entre os estados do Nordeste. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 111(1), 127-152.
- ARAÚJO, M. T. S. (1999). **Mulheres e Política no Brasil: Uma História de Lutas e Conquistas**. São Paulo: Editora UNESP.
- ARAÚJO, M. do S. de O. (2010). **A Participação das Mulheres na Administração Pública Federal Brasileira: Um Estudo de Caso no Ministério da Justiça**. Brasília: ENAP, 2010.
- ARRUZA, Celia. **Descolonizar o Feminismo: Uma Política Feminista desde a América Latina**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAIBA. Deputados. João Pessoa, 2023. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/deputados>. Acesso em 10 jun. 2023.
- BIROLI, F. **Mulheres na Política: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Editora Cortez, 2018.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. *Mujeres en el Parlamento Latinoamericano y Caribeño: Radiografía de una década (2010-2020)*. BIC: Washington, D.C., 2023.
- BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1949.
- BEZERRA, J. (2023). Patos elegeu 16, mas já teve 18 vereadoras em sua história política. Entenda. Blog do Jordan Bezerra. <https://www.blogdojordanbezerra.com/noticia/politica/15014/patos-elegeu-16-mas-ja-teve-18-vereadoras-em-sua-historia-politica-entenda> (acessado em 28 de maio de 2024).
- BID. *Mulheres na Política na América Latina e no Caribe: Uma Agenda para Ação*. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2023.
- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1986.
- BOHN, G. D. **Direito Administrativo municipal**. 7ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

BRITO, Patrícia de Almeida. **Mulheres Negras na Política: Trajetórias e Desafios**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 20 de novembro de 1997. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 1997.

BRASIL. (1889). Constituição da República Federativa do Brasil de 1889. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224221>

BRASIL. (1934). Constituição da República Federativa do Brasil de 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm

BRASIL. (1946). Constituição da República Federativa do Brasil de 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm

BRASIL. (1932). Decreto-Lei nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Código Eleitoral Provisório. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/L14600.htm

BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: DF: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. (1997). Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições proporcionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º out. 1997.

BRASIL. Lei nº 12.777, de 28 de junho de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 jun. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.165, de 12 de agosto de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 ago. 2015.

BROLLO, Fábio de Oliveira. **Democracia e Participação Popular no Brasil: Desafios e Perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. Routledge, 1990.

CARRARA, S. **O Lobby do Batom: a luta das mulheres pela igualdade na Constituinte**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

CARVALHO, M. C. de S. **Mulheres e Política no Brasil: da Exclusão à Participação**. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

CARVALHO, M. C. de S. (2019). Mulheres e política no Brasil: avanços e desafios. *In*: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 74, p. 149-174.

CHURCHILL, W. (1947, 11 de novembro). Discurso no Guildhall. Londres: The Churchill Centre.

COSTA, Vanessa de Oliveira; Lima, Maria José de. "Trajetórias e Desafios das Vereadoras de Patos-PB: Uma Análise dos Discursos". *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 25, n. 1, p. 175-196, 2022.

DALLARI, D. **Elementos de Direito Constitucional**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

DINARTE, Marcelo. "Cotar para Eleger: Efeitos das Cotas de Gênero para Mulheres na Câmara dos Deputados". *In: Revista Dados*, v. 62, n. 4, p. 1075-1115, 2019.

FACCHINI, Regina. **Mulheres e Política no Brasil: Desafios e Perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

FACCHINI, Regina. Desafios para a participação das mulheres na política brasileira. *In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*, 2012, Florianópolis. Anais. Florianópolis: UFSC, 2012.

FAUSTO, B. **Mulheres no Brasil**. São Paulo: Senac, 2007.

FLORESTA, N. **Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens**. Rio de Janeiro: Editora Bagaço, 1932.

FRANKLIN, B. Carta a Benjamin Vaughan. *The Writings of Benjamin Franklin*, Vol. 9. New York: The Library of America, 1787.

Galeano, E. **As veias abertas da América Latina**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1986. p. 295.

Giddens, A. **Sociologia**. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2007.

HOOKS, Bell. **Feminist Theory: From Margin to Center**. South and Press, 1987.

IBGE. (2020). PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores Sociais 2020.

IBGE. Censo Demográfico 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

IBGE. Mulheres na Política: Eleições 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. (2022). Women in national parliaments. Geneva: IPU. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking/>. Acesso em: 25/02/2023.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. Classificação Mundial das Nações Unidas sobre Mulheres na Política 2024. Inter-Parliamentary Union, 2024.

JARDIM, E. M. **Direito Administrativo Brasileiro**. 34ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

KENNEDY, J. F. (1961, 20 de janeiro). Discurso inaugural. Washington, D.C.: The White House.

LORDE, Audre. *Sister Outsider: Essays and Speeches*. The Crossing Press, 1984.

LERNER, G. **A Criação do Patriarcado**. São Paulo: Editora Unesp, 1986.

LINCOLN, A. (1863, 19 de novembro). Discurso de Gettysburg. Gettysburg, Pensilvânia: The National Park Service.

LUCENA, D. **Patos de Todos os Tempos: Uma História Política**. Patos: Editora Acauã, 2017.

MANDELA, N. (1994, 10 de maio). Discurso inaugural. Pretoria, África do Sul: The Nelson Mandela Foundation.

MATIAS, Ana Flávia Alves. PERGENTINO, Érika de França. Mulheres na política: análise da efetividade da cotas de gênero como mecanismo de representatividade feminina. *In: Revista Verba Legis*, nº 14, 2021. Disponível em: < https://apps.tre-go.jus.br/internet/verba-legis/2021/Artigos_Mulheres-na-politica.php>.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 43ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2018.

MICHELS, R. **Os Partidos Políticos: Uma Oligarquia de Lideranças**. São Paulo: Editora Zahar, 2007.

MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1978.

MORAES, A. C. de. **Direito Constitucional**. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.

PACELLI, E. (2018). Desigualdades de gênero na política brasileira. Disponível em: <https://es.wiktionary.org/wiki/removido>. Acesso em: 23/02/2024.

PINTO, C. R. (2003). A participação das mulheres na política brasileira: avanços e desafios. *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 49, p. 43-66.

_____, **O voto feminino no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PITANGUY, J. (2008). Desafios da participação política das mulheres no Brasil. *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, 5(2), 209-234.

ROCHA CERQUEIRA, M. J. (2020). A lei de cotas de gênero e a participação das mulheres nas eleições municipais de 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROOSEVELT, T. (1913, 20 de março). **Discurso sobre o estado da União**. Washington, D.C.: The White House.

SARTORI, G. **Partidos e Sistemas de Partidos**. São Paulo: Editora Zahar, 1976.

SANTOS, B. de S. **A Democracia na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2017.

SANTOS, J. M. dos. **Direito Constitucional Brasileiro**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

SANTOS, M. H. dos. **Mulheres na Política Brasileira: Uma Análise Histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCOTT, Joan W. **Gender: A Reinterpretation of History**. Beacon Press, 1995.

SCOTT, Joan W., **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

SEGATO, Rita Laura. **A Formação do Estado e a Colonização da Mulher**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SILVA, E. R. da. (2014). A participação das mulheres na política brasileira: avanços e desafios. *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, 14(1), 141-164.

SILVA, E. S. (2017). Mulheres na política: Desafios e perspectivas. *In: Revista Estudos Feministas*, 25(3), 711-726.

SILVA, Maria da. A percepção das mulheres de Patos-PB sobre a participação feminina na política local. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.

SILVA, Sonia Regina de Almeida. **Mulheres na Política: Desafios e Perspectivas**. Editora Letra Capital, 2014.

SILVA, J. A. G. da. (2002). **Direitos Políticos e Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Malheiros Editores.

SOUZA, Maria do Rosário. A participação feminina na política brasileira: desafios e perspectivas. *In: Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 172, p. 449-472, 2018.

SOUZA, Maria do Rosário. "A conquista de cargos eleitorais por mulheres: desafios e perspectivas". *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 20, n. 2, p. 261-284, 2017.

SOUZA, R. M. de. (2017). Participação política das mulheres: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA. Estatísticas Eleitorais. João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas>. Acesso em 10 jun. 2023.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. Entenda o funcionamento do sistema eleitoral proporcional. Jus Brasil, 2012. Disponível em: <https://tre-sc.jusbrasil.com.br/noticias/2411741/entenda-o-funcionamento-do-sistema-eleitoral-proporcional>. Acesso em 25 fev. 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Repositório de Dados Eleitorais. Brasília, 2023. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em 10 jan. 2023.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTUDO: ROMPENDO ONDAS E TECENDO HORIZONTES: REPRESENTAÇÃO FEMININA E ATUAÇÃO LEGISLATIVA DAS MULHERES NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB

Prezada Vereadora,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa "Rompendo Ondas e Tecendo Horizontes: Representação Feminina e Atuação Legislativa das Mulheres no Município de Patos-PB". Este estudo é parte do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Campus Sumé, realizado por **Klebia Maria Tomas Gomes**, matrícula 718130104. *e-mail* da pesquisadora klebiag2@gmail.com e orientado pela professora Dra. Sheylla de Kassia Silva Galvão, (pesquisadora responsável), Rua Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário, Campina Grande - PB, cep 58429-900. Telefone: 2101-1000. sheylla.kassia@professor.ufcg.edu.br

A presente pesquisa busca compreender a trajetória política, as experiências e os desafios das mulheres vereadoras de Patos-PB, bem como suas percepções sobre a representatividade feminina na Câmara Municipal.

Sua participação nesta pesquisa é fundamental para a construção de um retrato mais completo da atuação das mulheres na política local, possibilitando a identificação de fatores que impulsionam ou impedem a participação feminina na esfera pública. Os resultados do estudo poderão contribuir para o debate sobre a representatividade feminina na política, a promoção da igualdade de gênero e o aprimoramento da democracia local.

Caso você tenha interesse em participar assine abaixo:

Eu, _____,
declaro que concordo livre e espontaneamente em participar da pesquisa "Rompendo Ondas e Tecendo Horizontes: Representação Feminina e Atuação Legislativa das Mulheres no Município de Patos-PB". Afirmo ter obtido todas as informações necessárias sobre a pesquisa e esclarecido todas as dúvidas que me foram apresentadas.

Informação sobre a Pesquisa

Objetivo

O objetivo principal da pesquisa "Rompendo Ondas e Tecendo Horizontes" é compreender a trajetória política, as experiências e os desafios das mulheres vereadoras de Patos-PB, bem como suas percepções sobre a representatividade feminina na Câmara Municipal. Através da coleta de dados qualitativos, o estudo busca:

- **Identificar os fatores que motivaram as mulheres a ingressar na política;**
- **Compreender as experiências das mulheres vereadoras em seu mandato, incluindo os desafios e as conquistas;**
- **Analisar as percepções das mulheres vereadoras sobre a representatividade feminina na Câmara Municipal;**
- **Identificar os principais obstáculos à participação plena das mulheres na política local;**

Metodologia. A pesquisa utilizará a metodologia qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas com as mulheres vereadoras de Patos-PB. As entrevistas serão realizadas presencialmente ou por meio de videochamada, de acordo com a disponibilidade da participante. A pesquisadora e sua orientadora serão as únicas pessoas a terem acesso aos dados, que serão armazenados de forma segura e confidencial.

Público-Alvo. O público-alvo da pesquisa são as mulheres vereadoras do Município de Patos-PB.

Materiais da Entrevista. As entrevistas serão realizadas com base em um roteiro de perguntas previamente elaborado, que aborda os temas relacionados à trajetória política, às experiências e aos desafios das mulheres vereadoras, bem como suas percepções sobre a representatividade feminina na Câmara Municipal. A pesquisadora utilizará um gravador digital para registrar as entrevistas, com o consentimento da participante.

Local da Entrevista. As entrevistas serão realizadas na sede da Câmara Municipal de Patos-PB, em data e horário a serem agendados com a participante.

Participação das Vereadoras. É importante salientar que a maioria das vereadoras optou por participar da pesquisa por meio de conversas de *WhatsApp*, devido à sua agenda apertada. As entrevistas por vídeo chamada e presenciais também estão disponíveis para as vereadoras que assim desejarem.

Direitos das Participante:

Direito à Informação e Esclarecimento. As participantes têm o direito de solicitar à pesquisadora quaisquer esclarecimentos sobre a pesquisa, incluindo seus objetivos, metodologia, riscos e benefícios.

Direito à Recusa. As participantes têm o direito de recusar a participar da pesquisa ou de interromper sua participação a qualquer momento, sem necessidade de qualquer explicação ou penalização.

Direito à Confidencialidade. As informações coletadas durante a pesquisa serão mantidas em sigilo, exceto para fins de divulgação científica. A identidade das participantes não será revelada em nenhuma publicação ou apresentação dos resultados da pesquisa.

Direito ao Acesso aos Resultados

As participantes podem solicitar à pesquisadora os resultados da pesquisa, caso tenham interesse.

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS (Roteiro de Entrevista)

1ª Parte – Dados SocioEconômicos

Nome?

Idade?

Onde nasceu?

Estado civil?

Filhos?

Formação?

2ª Parte – Trajetória política

1. O que lhe motivou a se candidatar?

2. Na sua visão você percebe que a participação das mulheres na política está baixa ou esta bom do jeito que está?

3. Há quanto tempo está na política?

4. De qual partido participa ou participou? E qual critério para escolha desse partido?

5. Foi a única vez que se candidatou nesse partido? Esse é o seu primeiro mandato?

6. O que acha da participação das mulheres na política dentro do geral?

7. Na sua visão você acha que enfrentamos desafios em relação a participação da mulher na política?

8. Qual tema de atuação dentro do seu mandato? Para quem os seus projetos políticos são voltados?

9. Você acha que ainda vivemos uma baixa representação?

10. O que você acha da baixa representação das mulheres dentro da câmara do município de Patos, visto que são apenas 4 mulheres e 13 homens?

11. Já sentiu algum preconceito por parte dos seus colegas vereadores por ser mulher?

12. Além da lei de cotas, a senhora acha que necessitamos de uma reforma política que traga a paridade de vagas para homens e mulheres?

13. Houve alguma influência para a senhora querer participar da política?